



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(UNIRIO)

**MICHEL SILVA DOS SANTOS**

O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE  
INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Rio de Janeiro  
2021



MICHEL SILVA DOS SANTOS

**O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE  
INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado na Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Corrêa de Araújo.

Rio de Janeiro  
2021

S194 Santos, Michel Silva dos  
O direito ao acesso à educação financeira como  
forma de inclusão social no Brasil / Michel Silva  
dos Santos. -- Rio de Janeiro, 2021.  
62 p

Orientadora: Rosalina Corrêa de Araújo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Direito, 2021.

1. Ideologia neoliberal. 2. Financeirização. 3.  
Educação financeira. 4. Plena cidadania. I. Araújo,  
Rosalina Corrêa de, orient. II. Título.

MICHEL SILVA DOS SANTOS

**O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE  
INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do Bacharel em Direito.

Aprovado em: /10/2021

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Rosalina Corrêa de Araújo (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

---

Profa. Dra. Verônica Azevedo Wander Bastos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

---

Profa. Dra. Cinthia Rodrigues Menescal Palhares  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

SANTOS, Michel Silva dos. **O Direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social no Brasil**. 2021. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021).

## RESUMO

O capitalismo atual, exercido sob a influência dominante da ideologia neoliberal e instrumentalizado através da financeirização da economia, tem incentivado a população brasileira ao consumo pelo consumo e a tomada de crédito, além de ser responsável pelo afastamento do Estado de suas obrigações constitucionais na prestação de serviços essenciais à população, nas áreas de saúde, educação e previdência social. Neste cenário, a educação financeira se apresenta como uma ferramenta de extrema importância para garantir ao brasileiro o pleno exercício de sua cidadania. O objetivo deste trabalho é esclarecer em que grau o Brasil se encontra em relação ao desenvolvimento de políticas públicas para a efetivação do direito à educação financeira, bem como a situação da população brasileira em relação ao nível de conhecimento financeiro. Para atingir este objetivo, foram levantados dados em livros, artigos e sítios eletrônicos de instituições do governo. Em resumo, os resultados obtidos por este trabalho demonstram que na busca pela promoção da educação financeira, o governo federal criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que serve como base para a implementação de inúmeros programas voltados para este fim e que apesar dos esforços o brasileiro, de modo geral, continua possuindo um baixo nível em educação financeira, revelando um desafio ainda a ser superado.

**Palavras-chave:** Ideologia neoliberal. Financeirização. Educação financeira. Plena cidadania.

SANTOS, Michel Silva dos. **The right to access financial education as a form of social inclusion in Brazil..** 2021. f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

### **ABSTRACT**

Current capitalism, exercised under the dominant influence of neoliberal ideology and instrumentalized through the financialization of the economy, has encouraged the Brazilian population to consume through consumption and borrowing, in addition to being responsible for the removal of the State from its constitutional obligations in the provision of essential services to the population, in the areas of health, education and social security. In this scenario, financial education is an extremely important tool to guarantee Brazilians the full exercise of their citizenship. The objective of this work is to clarify to what degree Brazil is in relation to the development of public policies for the realization of the right to financial education, as well as the situation of the Brazilian population in relation to the level of financial knowledge. To achieve this goal, data were collected from books, articles and websites of government institutions. In summary, the results obtained by this work demonstrate that in the search for the promotion of financial education, the federal government created the National Strategy for Financial Education, which serves as the basis for the implementation of numerous programs aimed at this end and that despite efforts the Brazil, in general, continues to have a low level of financial education, revealing a challenge yet to be overcome.

**Keywords:** Neoliberal ideology. Financialization. Financial education. Full citizenship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Riqueza fictícia e renda real mundial (ONB) US\$ trilhões	29
Figura 2. Dimensões espacial e temporal da educação financeira	44
Figura 3. Modalidades de crédito mais utilizadas em cada faixa de renda	48
Figura 4. Inadimplência por faixa de renda	49
Figura 5. Poupança qualquer quantia no último ano	51
Figura 6. Porcentagem da população adulta para qual é possível levantar fundos para emergência	52
Figura 7. Fontes de fundos para emergência no Brasil em 2017	53
Figura 8. Adultos com relacionamento bancários na região	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PISA	Programa de Avaliação Internacional de Estudantes
SELIC	Sistema Especial de Liquidação de Custódia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CAPITALISMO</b>	<b>12</b>
2.1	Características essenciais do capitalismo	12
2.2	A história do capitalismo	17
<b>3</b>	<b>FINANCEIRIZAÇÃO</b>	<b>25</b>
3.1	A financeirização no Brasil	31
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>34</b>
4.1	Direito à Educação	37
4.2	Estratégia nacional de educação financeira	41
<b>5</b>	<b>REALIDADE BRASILEIRA</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Todos os dias milhões de brasileiros assistem notícias contendo informações e fatos referentes à taxa básica de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), a cotação das ações na bolsa de valores, a variação da inflação sobre os preços das mercadorias, a aplicação da lei de responsabilidade fiscal frente aos gastos orçamentários do governo e outros assuntos inerentes à vida econômica cotidiana, que exercem influência direta no dia a dia da sociedade brasileira. Contudo, apesar de se tratarem de informações básicas e indispensáveis para a formação de um posicionamento financeiro pessoal, grande parte desses brasileiros ignoram tais notícias por falta de entendimento.

Instrumentos como: reserva de emergência, orçamento familiar, planejamento e controle de gastos, entre outros, são imprescindíveis na condução da vida financeira de uma pessoa que almeja realizar sonhos e, principalmente, deseja manter uma vida financeira saudável, longe de riscos financeiros como, por exemplo, o endividamento excessivo. Tais instrumentos são assimilados através da educação financeira e são muito valiosos, ainda mais quando o ambiente econômico e social não ajuda.

O capitalismo agressivo que tomou conta do Brasil e de quase todo o mundo, exercido sob a influência dominante da ideologia neoliberal e instrumentalizado através da financeirização da economia, tem incentivado a população brasileira ao consumo pelo consumo e a tomada de crédito, além de ser responsável pelo afastamento, cada vez maior e dramático, do Estado de suas obrigações constitucionais na prestação de serviços essenciais à população, nas áreas de saúde, educação e previdência social, gerando mais oneração aos particulares.

Os empresários, como um todo, assumiram uma postura muito mais agressiva de crescimento de seus lucros, tomando como instrumento para este propósito a utilização das vendas parceladas, onde os juros vêm incutidos de forma

oculta nas parcelas, passando despercebido pelo consumidor mal informado. Esta estratégia se disseminou para diversos segmentos da economia brasileira englobando, inclusive, o comércio de itens de primeira necessidade, como os relativos à alimentação. E para fortalecer ainda mais essa prática, houve o surgimento do cartão de crédito de loja, emitido diretamente pelo varejista.

Além das armadilhas e dificuldades, tudo está mais complexo atualmente. Há algumas décadas atrás, o investimento do brasileiro médio resumia-se a caderneta de poupança e aquisição de imóveis, o cheque era o instrumento mais usado e acessível para a realização de pagamentos a crédito. Hoje são várias as opções de investimento, algumas inclusive com rentabilidade negativa se levado em conta a inflação, e inúmeras as formas de pagamento, tanto a crédito quanto a vista. Toda essa complexidade aumenta e muito a possibilidade para a aplicação de golpes financeiros e fraudes eletrônicas, como por exemplo: clonagem de cartão de crédito, pagamento de boletos falsos, o mal uso de dados para empréstimos e financiamentos, pirâmide financeira, entre outros.

Essa realidade, tão dinâmica e perigosa de lidar com valores nos dias de hoje, exige o total esclarecimento do cidadão brasileiro, não apenas para habilitá-lo a operar as ferramentas e produtos oferecidos pelo mercado, mas para, acima de tudo, despertar seu senso crítico sobre o que está ocorrendo com suas finanças e iluminar a condução de sua vida financeira. Somente é possível atingir este nível de esclarecimento, com o advento de uma educação financeira de qualidade e é justamente ela que de forma espontânea pavimenta o caminho para a inclusão social.

Não é possível, nos dias atuais, exercer a cidadania de forma irrestrita sem ter a oportunidade de desenvolver a capacidade e a autoconfiança para gerenciar bem seus recursos financeiros, ou seja, sem ter acesso a educação financeira. Neste contexto, o Banco Central do Brasil (BACEN) formulou o conceito de cidadania financeira como sendo o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros, e chegou à conclusão que a educação financeira é elo indispensável para se atingir a cidadania financeira, ou

seja, a plena cidadania, confirmando a importância da educação financeira para a formação de um cidadão.

O direito à educação, consolidado como direito social no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, é uma obrigação não apenas do Estado, mas também de toda a sociedade. Ele possui a nobre missão de preparar a sociedade brasileira para todo esse cenário de desafios econômicos e financeiros instaurados atualmente, tornando cada brasileiro apto ao exercício de sua cidadania e qualificado como um consumidor consciente de todos os riscos e oportunidades que o mercado lhe trás.

O artigo 206, da CRFB, dita os princípios que devem ser adotados para a ministração do ensino, que engloba a educação financeira, sendo eles: a igualdade de condições para o acesso e permanência, a liberdade de aprender e ensinar, a defesa do pluralismo de ideias e a gratuidade do ensino público, um sistema educacional democrático possuidor de um padrão de qualidade.

Visto a inegável importância de uma educação financeira de qualidade como instrumento de inclusão social e exercício de plena cidadania. Este trabalho tem como objetivo esclarecer em que grau o Brasil se encontra em relação ao desenvolvimento de políticas públicas para a efetivação do direito à educação financeira, bem como a situação da população brasileira em relação ao nível de conhecimento financeiro.

Para que tal objetivo seja alcançado, será necessário entender como o Brasil chegou à situação atual, com o estabelecimento do fenômeno da financeirização regendo suas relações econômicas e descobrir a razão da necessidade de uma educação financeira. Contudo, antes de adentrar no fenômeno da financeirização, é necessário ir mais a fundo, checar sua origem, esclarecer como funciona o sistema capitalista e revelar seu espírito.

## 2 CAPITALISMO

O capitalismo é um sistema econômico estabelecido na segunda metade do século XII, no período da Baixa Idade Média europeia, e que nos dias atuais está presente em quase todo o mundo. Ele tem como objetivo fundamental a busca pelo lucro e pela acumulação de riquezas<sup>1</sup>.

Esse sistema, apesar de denominado econômico, não está separado dos outros aspectos da vida em sociedade, pelo contrário, ele vem acompanhado de uma carga mental, cultural e ética, denominada por Max Weber<sup>2</sup> (1905 apud Comparato, 2014, p.29), como “o espírito do capitalismo”, capaz de transformar a sociedade, modificando suas características profundamente.

Segundo Karl Marx,

a influência capitalista na sociedade colocando o poder econômico, denominado por ele como “o capital”, em uma posição central na vida social, posição esta que extrapola a vida econômica e atinge a realidade política, o direito, a religião e todas as demais manifestações culturais<sup>3</sup>.

Isto posto, para melhor entendimento do capitalismo, a seguir serão expostos os traços essenciais do sistema e um breve resumo histórico de seu desenvolvimento pelo mundo.

### 2.1 CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO CAPITALISMO

Quase todas as civilizações anteriores ao advento do capitalismo apresentam quatro características fundamentais de organização em relação a suas mentalidades e costumes, sendo elas: o lugar central da religião, o predomínio da tradição, a absorção do indivíduo pela sociedade e o desprezo pelos ofícios

---

<sup>1</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. passim.

<sup>2</sup> Weber M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Edição original foi publicada em 1904-1905.

<sup>3</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 101.

mecânicos e a profissão mercantil. O capitalismo deu origem a uma civilização com características que contrastam e representam o rompimento com esses pilares sociais antigos<sup>4</sup>.

A religião sempre ocupou lugar de destaque nas sociedades pré-capitalistas, era a viga mestra de todas as civilizações, moldando a mentalidade dos indivíduos através de sua fé religiosa e dando origem a costumes sociais com suas práticas religiosas. A religião comandava tudo, das estruturas familiares às cidades. O capitalismo foi a primeira forma de organização civilizatória que colocou a religião em segundo plano<sup>5</sup>.

Os costumes tradicionais tinham uma posição fundamental para a ordem social das civilizações que antecedem o capitalismo, seus indivíduos mantinham seus olhos voltados para o passado e eram avessos às inovações sociais. Para eles as gerações anteriores possuíam uma aura mitológica, de heroísmo e sacralidade, e por esta razão era atribuído aos costumes passados por essas gerações um enorme prestígio<sup>6</sup>.

No mundo antigo, pré-capitalismo, o indivíduo era totalmente despido de autonomia individual, uma vez que era absorvido pelo grupo social a que pertencia. Mesmo o seu corpo pertencia ao coletivo, à cidade, podendo ser convocado para a guerra, em Atenas e Esparta, o indivíduo poderia ser convocado para a guerra em qualquer tempo de sua vida, inclusive na velhice. Qualquer cidadão poderia ser obrigado a entregar seus bens em prol da cidade. Até mesmo no período democrático grego, entre os séculos VI e IV a.C., assim como na experiência republicana romana, de 509 a 27 a.C., onde os cidadãos possuíam vários direitos políticos, não havia manifestação da autonomia individual, somente prerrogativas dos membros do corpo político, verdadeiro titular dessas manifestações<sup>7</sup>.

Os povos antigos consideravam as atividades comerciais indignas para os seus cidadãos. Na Grécia antiga, a propriedade de imóveis, rurais ou urbanos, era

---

<sup>4</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. passim.

<sup>5</sup> Ibid., p. 35.

<sup>6</sup> Ibid., p. 36.

<sup>7</sup> Ibid., p. 39.

reservada de forma exclusiva para os seus cidadãos, somente em casos excepcionais era permitido aos estrangeiros obtê-la. Sendo assim, os estrangeiros somente tinham permissão de possuir bens móveis e escravos, restando a eles o exercício do comércio e do artesanato como profissão, por essa razão eram considerados ofícios desprezíveis, apesar de serem reconhecidos como necessários<sup>8</sup>.

O capitalismo rompeu com todas essas formas de organização social abrindo espaço para a adoção de uma mentalidade e ética própria, dando origem a características que em muito contrastam com as vivenciadas pelas civilizações antigas, sendo elas: a busca do interesse material como finalidade precípua da vida, a mercantilização da vida social, a submissão da vida pública pela privada, o individualismo, a concorrência em vez da cooperação, um modelo de vida voltado para o futuro, o domínio tecnológico como instrumento do progresso e uma racionalidade puramente técnica.

O princípio ético fundamental e característico que rege a mentalidade capitalista é a busca do próprio interesse material pelo indivíduo, o bem comum e os preceitos éticos neste sistema não possuem prioridade. É desta mentalidade egoísta que surge, no século XIX, o pensamento equivocado de que os seres humanos devem agir como os outros animais, buscando o seu próprio fortalecimento de forma incessante e menosprezando os fracos e os pobres, sendo muito claro que este pensamento não possui fundamento, uma vez que nem os animais agem assim. Para esta concepção de mundo egoísta, a busca pela felicidade coletiva é perda de tempo, pois a sociedade nada mais é que o conjunto de indivíduos e o que realmente importa é que cada indivíduo busque, de forma racional, sua própria felicidade<sup>9</sup>.

A vida social passou a ser mercantilizada, pois no capitalismo, conforme alertado por Karl Marx, tudo se transforma em mercadoria, inclusive as pessoas<sup>10</sup>. A mentalidade capitalista mostra que não possui fronteiras, quando através da busca

---

<sup>8</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 40.

<sup>9</sup> Ibid., p. 51.

<sup>10</sup> Ibid., p. 56.

obsessiva pelo ganho pecuniário, adentra em atividades que pareciam incompatíveis com essa realidade: as ciências, as artes, o esporte, a atividade política e até mesmo a religião. As pessoas ricas passaram a ser apontadas como modelo de vida exitosa e os pobres receberam um olhar de desconfiança e desprezo. Enfim, neste sistema, a posição de destaque não é do ser humano e sim do capital.

A mentalidade capitalista, diferentemente das mentalidades do mundo antigo onde o indivíduo era subordinado ao todo social, considera a vida privada a frente da vida pública e que na esfera privada os indivíduos possuem direitos que devem ser reconhecidos e protegidos<sup>11</sup>.

Na concepção social do capitalismo, a função dos governantes é exclusivamente manter a ordem social para que assim haja um ambiente propício à aplicação mais lucrativa possível dos capitais disponíveis. Adam Smith<sup>12</sup> (1776 apud Comparato, 2014, p.61), deixa claro essa característica com a seguinte explicação:

O poder político, na medida em que foi instituído para a garantia da propriedade, existe, na verdade, para defender o rico contra o pobre, vale dizer, aqueles que possuem algo contra os que nada têm.

A sociedade capitalista é essencialmente individualista, ela tem seu fundamento no interesse individual e repudia os laços comunitários. O característico individualismo capitalista é prático e dinâmico, o que interessa no final das contas é a proteção jurídica da livre iniciativa empresarial, nem que para isso, por exemplo, seja necessário virar as costas para eventuais desrespeitos aos direitos humanos como os ocorridos durante os regimes autoritários latino-americanos e em outras partes do mundo em prol do capital<sup>13</sup>.

O capitalismo adota o sistema de competição ou concorrência com a finalidade de obter os melhores resultados econômicos possíveis. Adam Smith<sup>14</sup> (1776 apud Comparato, 2014, p.68), em sua obra, A riqueza das Nações, no Capítulo X do livro I, ao escrever sobre os salários e os lucros nos diferentes

---

<sup>11</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 59.

<sup>12</sup> Smith Adam. Da riqueza das nações, Livro V, Capítulo I, 1776.

<sup>13</sup> COMPARATO, loc. cit., p. 68.

<sup>14</sup> Smith Adam. Da riqueza das nações, Livro I, Capítulo X, 1776.

empregos dos trabalhos e do capital, trouxe à luz um princípio que justifica e deixa essa característica evidente:

O princípio de que a remuneração não deve ser igual em todos os casos, mas deve variar de acordo com a qualidade do serviço prestado, ou a importância do capital nele empregado, para que os trabalhadores e os capitais de emprego mais adequados sejam remunerados de maneira justa.

A mentalidade capitalista não se ancora a tradições nem a nenhuma religião, ela se adapta aos costumes e tradições do local onde quer adentrar, utilizando-os ao seu favor, enquanto propaga uma mensagem própria de que tudo o que é novo é superior em relação ao antigo, corroendo a mentalidade tradicional de dentro para fora. Sendo assim, o capitalismo tem como característica bem evidente a proposta de uma vida voltada para o futuro, dando ao indivíduo um olhar direcionado para o novo em detrimento ao antigo e tradicional<sup>15</sup>.

O capitalismo utiliza o domínio tecnológico como instrumento para se alcançar o progresso e esta característica fica clara quando observamos os avanços tecnológicos de nossa era, que estão cada vez mais acelerados, porém essa busca vai muito além do progresso, a verdadeira busca no mundo capitalista é pelo poder social, poder de influência sobre as pessoas. Para este fim, o capitalismo funciona com dois princípios basilares de ação, o primeiro é de que a ciência deve servir à técnica e o segundo é de que o saber tecnológico é um instrumento de poder social<sup>16</sup>.

A mentalidade capitalista, baseada na sua diretriz utilitarista, faz uso de uma racionalidade puramente técnica, esta característica pode ser observada pela incessante busca de meios mais aptos e seguros possíveis para se obter ganhos monetários. No decorrer dos anos, várias invenções técnicas foram surgindo através desta mentalidade, estabelecendo padrões racionais em prol do desenvolvimento do mundo capitalista, como por exemplo: o advento da letra de câmbio, da apólice de seguro, a criação das ciências contábeis, a divisão racional do tempo etc<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 70.

<sup>16</sup> Ibid., passim.

<sup>17</sup> Ibid., passim.

## 2.2 A HISTÓRIA DO CAPITALISMO

A evolução histórica do sistema capitalista é crucial para o seu entendimento, pois dela é possível compreender como, através do tempo, o sistema se modelou para se adaptar a realidade de cada época e com isso se manter até os dias atuais, ela pode ser subdividida em quatro etapas fundamentais: o surgimento do capitalismo, o capitalismo mercantil, o capitalismo industrial e o capitalismo pós-industrial<sup>18</sup>.

Antes do advento do sistema capitalista, as sociedades do mundo antigo, de forma geral, eram estruturadas através da divisão de sua população em três grupos fundamentais: os sacerdotes, os aristocratas guerreiros e os agricultores<sup>19</sup>.

A terra representava o pilar mestre de toda a economia e do prestígio social, prova disso está no fato de que durante o feudalismo a condição de nobreza, estava intimamente ligada à posse legítima da terra, sendo ela um bem inalienável. O dinheiro e a posse de bens materiais não representavam poder social, inclusive os homens de negócio, que compravam e vendiam bens materiais móveis, por não se enquadrarem em nenhuma das três classes eram marginalizados pela sociedade.

Com o advento do capitalismo na segunda metade do século XII, no período conhecido como Baixa Idade Média, ocorreu o início de uma lenta desmontagem desta maneira de estruturação social tripartite. Neste período histórico surgem novas cidades, conhecidas como burgos de fora, livres do poder feudal e sem vínculo direto com a terra, nelas uma nova forma de organização social e econômica se estabelece, pois o que passa a marcar a posição social de uma pessoa para outra é o nível de suas posses. Seus habitantes, de maneira geral comerciantes, passam a ser conhecidos como burgueses, formando um grupo social independente da antiga divisão e peça chave para o estabelecimento e expansão do sistema capitalista por toda a Europa e mais tarde para o mundo<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. passim.

<sup>19</sup> Ibid., p. 84.

<sup>20</sup> Ibid., p. 85.

Dois eventos históricos, ambos no final do século XV, foram fundamentais para a expansão do capitalismo mercantil da Europa Ocidental para o resto do mundo, foram eles: a descoberta do Continente Americano e a viagem de Vasco da Gama até a Índia. Esses eventos chave marcaram a transformação dos reinos da Espanha e de Portugal nos dois primeiros impérios comerciais dos tempos modernos. Esta forma de imperialismo tinha como objetivo conquistar novas terras para se obter o monopólio comercial de especiarias, produtos agrícolas, metais preciosos e escravos<sup>21</sup>.

Segundo Montesquieu<sup>22</sup> (1748 apud Comparato, 2014, p.163),

O objetivo dessas colônias é comerciar em melhores condições do que com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se, assim, que somente a metrópole poderia negociar com a colônia; e isto, pela boa razão de que a finalidade do estabelecimento colonial foi a extensão do comércio, não a fundação de uma cidade ou de um novo império.

A exploração colonialista em terras americanas basicamente se desenvolveu através de um sistema de agronegócio executado concomitantemente a uma intensa exploração extrativista de metais preciosos. O sistema de agronegócio foi desenvolvido com a utilização de grandes estabelecimentos agrícolas, em um sistema que ficou conhecido como plantation. O plantation exigia para o seu funcionamento uma grande concentração de mão de obra e para suprir essa necessidade os colonizadores se valeram de escravos trazidos da África, que infelizmente representava outro lucrativo mercado na época.

No início do século XVII começou uma grande aceleração das atividades comerciais pelo mundo, o principal fator para esse aumento foi que a exploração das colônias passou a ser intermediadas por uma nova instituição jurídica, a sociedades por ações. A primeira companhia colonial foi criada pelos Países Baixos em 1602, a Companhia das Índias Orientais, e logo as demais metrópoles trataram de copiar o sistema de grande eficácia operacional. Portugal criou, em 1649, a Companhia Geral do Brasil para a exploração do território brasileiro, tendo como objetivo atrair capitais

---

<sup>21</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 163.

<sup>22</sup> Montesquieu. Do espírito das leis, Livro XXI, Capítulo XXI, 1748.

de cristãos novos a fim de fomentar a luta contra os holandeses que tinham invadido Pernambuco.

Como se pode ver, a política mercantilista deu origem a um capitalismo de Estado, ao estabelecer uma associação oficial do Estado com o empresariado, na busca pelo fortalecimento do poder político e do aumento da riqueza privada. O capitalismo de Estado pode ser observado na atual República Popular da China.

A supressão da escravatura, desempenhada pela Inglaterra a partir de 1807, tornou o agronegócio exportador capitalista, instaurado nas Américas, um mau negócio, pois esse dependia profundamente da mão de obra escrava para seu pleno funcionamento. Este movimento, juntamente com a Revolução Industrial, abriu caminho para a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

O capitalismo industrial teve seu início no século XVIII com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, onde encontrou terreno fértil para acontecer. Duas pré-condições foram indispensáveis para tanto: o surto comercial concentrado na Inglaterra, que gerou um constante crescimento da demanda de bens no mercado, e a reforma agrária inglesa, que transformou o sistema agrário inglês, antes feudal, em um sistema voltado a exploração da terra de forma genuinamente capitalista. Além das pré-condições, um fator desencadeante viabilizou a Revolução, a introdução do maquinismo no setor de produção têxtil, que possibilitou a produção em larga escala e de forma cada vez mais rápida<sup>23</sup>.

No tempo que perdurou, o capitalismo industrial passou por três fases: a primeira durou do seu surgimento até a primeira grande guerra, a segunda foi do início da primeira guerra até o fim da segunda guerra, e a terceira fase foi do fim da segunda guerra até os anos 70 do século XX, quando cedeu lugar para o capitalismo pós-industrial.

Em sua primeira fase, o capitalismo industrial foi responsável pela consolidação da expansão do sistema capitalista por todo o mundo, através de um crescente comércio internacional que era alimentado por uma também crescente produção industrial, em ciclo econômico virtuoso. Vale lembrar que este período não

---

<sup>23</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 192.

foi de apenas prosperidade para as grandes potências, ele foi marcado pela primeira depressão mundial em 1873, quando houve a quebra da bolsa de Viena, que afetou negativamente toda a Europa e os Estados Unidos causando queda na produção industrial e um desemprego generalizado<sup>24</sup>.

Apenas os mercados internos das potências europeias e dos Estados Unidos não foram suficientes para absorver o crescimento exponencial da produção industrial e para resolver esse problema, de excesso de produção, as grandes potências europeias e os Estados Unidos deram início a uma nova era colonialista imperialista, com a conquista de territórios na Ásia e África e a dominação econômica da América Latina. As disputas, movidas por interesses econômicos, entre as potências europeias por territórios colonizados, deu origem à Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial marca o início da segunda fase do capitalismo industrial e, pela primeira vez na história, houve um conflito bélico totalitário, nada escapou do seu poder destrutivo: economia, ciência etc. Tudo foi movido em prol do esforço de guerra. As potências europeias se endividaram profundamente e saíram arruinadas da guerra, enquanto os Estados Unidos tiveram suas reservas de ouro, seus investimentos no exterior e sua produção industrial elevada a patamares muito maiores aos de antes do conflito, tornando-se assim a primeira potência econômica mundial<sup>25</sup>.

A Primeira Guerra Mundial estreitou, de forma considerável, os laços entre o Estado e o capitalismo industrial em todos os países que participaram do conflito. Os governos passaram a favorecer as grandes empresas, principalmente do setor armamentício, com vários incentivos.

Após o fim da guerra, durante a década de 20, os Estados Unidos vivenciavam um clima de enorme euforia. Nesta década, Henry Ford revolucionou a produção industrial de automóveis, foi o primeiro a adotar a linha de montagem em

---

<sup>24</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 214.

<sup>25</sup> Ibid., p. 233.

série, produzindo com mais velocidade e com um custo menor, o que permitiu a redução do preço de venda e aumentou a acessibilidade de seus automóveis.

A euforia não se resumia à produção industrial, uma febre especulativa tomou conta da Bolsa de Valores de Nova York e fez a cotação média das ações das empresas industriais se elevar, atraindo cada vez mais investidores. Porém, no dia 24 de outubro de 1929, a bolha especulativa estourou, causando um colapso econômico nos Estados Unidos que repercutiu por todas as economias do mundo. A depressão econômica iniciada em 1929 somente começou a se dissipar com o início da preparação para a Segunda Guerra Mundial<sup>26</sup>.

O final da Segunda Guerra Mundial marcou o início da terceira fase do capitalismo industrial. O mundo saiu da guerra dividido por dois grandes blocos antagônicos, de um lado os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos e do outro lado os países comunistas, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Em 1944, antes mesmo de a guerra terminar, as potências aliadas, preparando terreno para uma reorganização do capitalismo mundial, realizaram negociações que resultaram no Acordo de Bretton Woods, que visava criar um sistema de instituições econômicas e financeiras internacionais e que deu origem ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Nele foi instituído também o sistema *Gold Exchange Standard*, onde o dólar Norte americano passou a ser aceito internacionalmente como valendo tanto quanto o ouro, esse sistema vigorou até 1971 e deu aos Estados Unidos o privilégio de possuir a única moeda oficial de troca no plano internacional e que servia de reserva de garantia para todos os demais países<sup>27</sup>.

O mundo, sob jugo da última fase do capitalismo industrial, ou seja, do fim da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 70, foi tomado por um forte crescimento econômico. A produção industrial mundial aumentou consideravelmente em todo o mundo, devido à reconstrução dos países destruídos pelo conflito. Foram

---

<sup>26</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 241.

<sup>27</sup> Ibid., p. 243.

instituídos o Plano Marshall, uma ajuda financeira vinda do governo Norte Americano para os países da Europa Ocidental, e, em 1961, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a finalidade de promover a democracia e o livre mercado<sup>28</sup>.

Contudo, todo esse crescimento econômico não foi suficiente para evitar a crise na qual o capitalismo industrial passou a viver no mundo inteiro. A organização progressiva dos sindicatos de trabalhadores e dos movimentos de proteção aos consumidores somadas à crise do sistema monetário internacional gerou uma tendência de baixa rentabilidade das empresas industriais, que passaram a experimentar custos cada vez mais elevados de produção. Em 1973, a crise gerada pelo aumento repentino do preço do petróleo no mercado internacional encareceu ainda mais os custos da produção industrial em todos os países do mundo abrindo caminho para uma nova etapa do capitalismo, o capitalismo pós-industrial.

O capitalismo pós-industrial, iniciado nos anos 70 do século XX e vivenciado até os dias atuais, é marcado pela mudança do foco principal da economia, que passa da produção industrial para a prestação de serviços. As indústrias baseadas nos avanços tecnológicos mais recentes, do campo da informática e robótica, ganharam um lugar de destaque nesta nova etapa do capitalismo mundial e esse avanço tecnológico possibilitou uma mudança radical nas técnicas produtivas, que foi amplamente automatizada<sup>29</sup>.

Grande parte dos trabalhadores dispensados do setor industrial, devido a sua automação, foi absorvida pelo setor de serviços, que se expandiu consideravelmente no capitalismo pós-industrial. Este movimento de expansão do setor de serviços foi fortemente influenciado pelo movimento neoliberal, um exemplo dessa influência é a exploração pelo setor privado de serviços como saúde e educação, antes prestados pelo Estado.<sup>30</sup>

O movimento neoliberal surgiu na Universidade de Chicago e sua ideologia logo recebeu o apoio dos Estados Unidos e do Reino Unido, não demorando para se

---

<sup>28</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 250.

<sup>29</sup> Ibid., p. 254.

<sup>30</sup> Ibid., p. 255.

espalhar por todo o mundo. Sua carga ideológica sugere principalmente: a) a redução acentuada dos poderes do Estado na regulação da economia e dos direitos sociais, a fim de assegurar maior eficiência na atividade empresarial; b) a privatização das empresas, mesmo em setores estratégicos como o de energia e de comunicações, por exemplo, e dos setores de serviços públicos; c) a abolição dos regulamentos administrativos em matéria econômica, mesmo em setores como crédito, seguros e mercado de capitais, por exemplo; d) a mudança de postura na política financeira estatal, com a eliminação dos déficits públicos, a redução da carga tributária e a supressão de subsídios estatais a certas atividades econômicas<sup>31</sup>.

A aplicação da política neoliberal trouxe como consequência a precarização do conjunto de direitos da classe trabalhadora, dando início em todo o mundo a um sistemático processo de exclusão social, onde grandes massas foram excluídas de toda proteção contra as adversidades sociais<sup>32</sup>. O enfraquecimento da ação estatal e a sua transformação em atividades empresariais privadas, em setores chaves de infraestrutura (energia, comunicações e transporte) e assistência social (saúde, educação e previdência social), influi diretamente e negativamente na capacidade do Estado em realizar o princípio da igualdade presente no artigo 5º da CRFB<sup>33</sup>.

Outra grande consequência, ligada à implementação da política neoliberal, é o favorecimento ao surgimento de crises econômico-financeiras. Após a crise do capitalismo industrial, consolidou-se em todo o mundo a convicção de que as operações de crédito e de especulação no mercado de capitais são muito mais rentáveis que a produção industrial. Este cenário somado à ausência de controle estatal, fruto da influência ideológica do neoliberalismo, fez surgir, em todas as grandes potências capitalistas, uma febre financeira e especulativa. Essa especulação sem limites deu origem a um crescimento incontrolado de vários setores econômicos, crescimento desvinculado do valor real dos bens por ele

---

<sup>31</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 256.

<sup>32</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p.256

<sup>33</sup> Ibid., p. 258.

representados, ou seja, a grande especulação desenvolveu inúmeras bolhas especulativas<sup>34</sup>.

Em 2008, o rompimento da bolha especulativa no mercado imobiliário norte americano deu origem à última grande crise econômico-financeira mundial, que arrastou muitos bancos para a insolvência e afetou duramente todos os setores econômico-financeiros do mundo, gerando um considerável aumento no nível da pobreza mundial que repercute até os dias de hoje.

Desvendado o sistema capitalista e as consequências das políticas neoliberais, que moldam o cenário atual, será abordado, a seguir, o fenômeno da financeirização, para melhor entendimento da ascensão do mundo das finanças dentro do capitalismo contemporâneo.

---

<sup>34</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. passim.

### 3 FINANCEIRIZAÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, é notório que o mundo das finanças tem recebido cada vez mais relevância no cenário econômico mundial. Este atual modelo de acumulação do mundo capitalista é centrado no financeiro, deixando a produção em segundo plano<sup>35</sup>.

O regime de acumulação centrado nas finanças é um novo arranjo dentro do capitalismo que se posiciona de forma contraposta ao capitalismo gerencial tradicional, onde os capitalistas operam um sistema em que a produção é a principal, ou a única, forma de geração de riqueza<sup>36</sup>.

Nesta conjuntura, onde o regime capitalista é centrado nas finanças, um fenômeno bastante relevante está ocorrendo. Este fenômeno tem sido denominado Financeirização e pode ser definido como um processo no qual a valorização do capital via sistema financeiro é apreciada em detrimento da valorização do capital via produção, a tal ponto que as consideradas boas práticas de organização e gestão de produção passam a refletir as boas práticas valorizadas do mundo financeiro (liquidez, volatilidade, flexibilidade) e que os próprios sistemas de produção tendem a ser julgados com critérios comumente utilizados em ambientes puramente financeiros, a esfera produtiva subordinando-se, assim, à esfera financeira<sup>37</sup>.

A predominância da esfera financeira sobre a produção pode ser caracterizada pelo desenvolvimento do capital fictício. O capital fictício é apontado por Karl Marx<sup>38</sup> (1983 apud Paulani, 2009, p.28), como tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como capital.

Segundo Karl Marx,

---

<sup>35</sup> CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (Organizador). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro e Luís Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998. p. 8.

<sup>36</sup> PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. In: Revista de estudos avançados, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66. p. 27.

<sup>37</sup> MAIA, Jonas Lucio; DI SERIO, Luiz Carlos. **Financeirização - Impactos sobre as empresas, estratégias e inovações**. 1ª Ed. Paco Editorial, 2019. passim.

<sup>38</sup> Marx, Karl. O capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro III.

o capital se valoriza através da compra da força de trabalho como se fosse uma mercadoria, esta valorização se justifica uma vez que o trabalho é capaz de gerar um valor maior que sua própria valorização, este valor é denominado como a mais-valia e é dele que se obtém o lucro. O lucro, por sua vez, é realizado no momento da venda da mercadoria produzida e pode ser reinvestido na produção para se reiniciar o ciclo<sup>39</sup>.

Esse ciclo de reprodução do capital necessita da circulação de mercadorias e de sua produção como etapas imprescindíveis deste mesmo processo social, ele pode ser expresso através da fórmula D-M...P...M-D, onde D corresponde ao dinheiro, M corresponde à mercadoria e P corresponde ao produto<sup>40</sup>.

O capital portador de juros é o alicerce para o funcionamento do sistema de crédito. Ele representa o capital monetário, ou seja em dinheiro, antecipado para aplicação na produção, no processo produtivo, e com posterior devolução já valorizado ao seu proprietário. O capital portador de juros é expresso pela sua forma aparente D-D, contudo essa forma oculta deliberadamente o processo produtivo necessário para a valorização do capital, de modo que sua verdadeira forma seja D-[D-M...P...M-D]-D<sup>41</sup>.

O capital fictício pode ser caracterizado como um capital portador de juros em nível secundário. Ele é resultado da extrapolação do sistema de crédito e se manifesta através de promissórias, letras de crédito e de câmbio. O capital fictício se distingue por não possuir vinculação direta com o processo de produção real, de geração da mais-valia, ele possui a capacidade de se valorizar sem o envolvimento direto do processo produtivo, sua valorização advém de ganhos em operações de compra e venda de ativos<sup>42</sup>.

Portanto, o capital fictício consegue se valorizar sem que haja compra da força de trabalho e sem produção da mais-valia, contudo sua valorização é meramente especulativa, visto que não ocorre geração de valor novo, pois não há retorno do capital para investimento na produção, onde a força de trabalho é

---

<sup>39</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 19.

<sup>40</sup> PARANÁ, op. cit., p. 59.

<sup>41</sup> PARANÁ, op. cit., passim.

<sup>42</sup> PARANÁ, op. cit., p. 59.

comprada. Essa relativa autonomia para com o processo produtivo faz com que o capital fictício domine amplamente o processo de financeirização.

A teoria contemporânea sobre o processo de financeirização da economia mundial mais aceita pelos pesquisadores e teóricos da economia demonstra que o processo de liberação do mercado financeiro e expansão do capital fictício em todo o mundo capitalista é uma resposta à crise de superacumulação ou sobreacumulação de capital, desenvolvida durante os anos dourados do fordismo no pós guerra. Esse movimento de adaptação do capitalismo ocorreu, pois o capital sobreacumulado na esfera produtiva já não garantia taxas crescentes de lucro, pelo contrário, se percebeu que estavam ocorrendo quedas habituais na taxa geral de lucro, e para resolver essa questão o capital necessitava se livrar dos constrangimentos à acumulação, a solução encontrada para tanto foi a busca da valorização na esfera financeira<sup>43</sup>.

Para se obter o máximo de lucro possível através da valorização na esfera financeira foi necessário que todos os possíveis entraves a esse objetivo fossem derrubados, a derrubada desses entraves deu origem a um processo de liberação das finanças que começaram nos países centrais do capitalismo e se espalhou para os demais em pouco tempo. Desta forma, a financeirização da economia é resultado direto do processo de liberação em escala mundial, a partir da década de 70 do século XX, dos controles de reprodução e circulação do capital fictício, controles estabelecidos a partir da década de 30 do século passado, com a finalidade de contornar a crise estrutural do sistema capitalista ocorrida em 1929<sup>44</sup>.

Esse processo de liberação não acontece de maneira automática ou sem resistências, ele é fruto de importantes mudanças político institucionais, que são estabelecidas a partir de medidas neoliberais e expressas em inúmeras esferas da vida social, trazendo sérias consequências para os que vivem do trabalho.

São consequências sociais relevantes das medidas neoliberais impostas no âmbito da financeirização: a precarização e a informalização do trabalho, o aumento

---

<sup>43</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada**: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 51.

<sup>44</sup> Ibid., p. 23.

do desemprego, que reduzem a conexão e a força dos coletivos de trabalhadores tendo forte impacto sobre as organizações sindicais e as relações de trabalho, além da oneração do trabalhador, que agora tem que pagar por serviços antes oferecidos pelo Estado, e do aumento considerável da desigualdade e do endividamento das famílias<sup>45</sup>.

David Harvey<sup>46</sup> (2005 apud Paraná, 2016, p.53), em sintonia com a teoria de que o processo de financeirização da economia mundial é uma resposta para uma crise de sobreacumulação de capital, indica que o capitalismo contemporâneo tem se voltado para processos típicos da fase de acumulação primitiva de capital com a finalidade de superar seus constrangimentos estruturais.

Os processos típicos da fase de acumulação primitiva de capital foram descritos por Karl Marx,

como os fundadores do capitalismo e envolveram atos maculados com todo tipo de violência, fraudes, guerras e roubos. Tais processos funcionaram como base política e econômica para a criação dos Estados modernos e ao mesmo tempo só foram possíveis graças à centralização gerada por esses Estados. Sendo denominados atualmente como “acumulação por espoliação”<sup>47</sup>.

A exteriorização desse processo passa pelo alinhamento entre o capital e o Estado, através do neoliberalismo, pela reestruturação do Estado, de modo que este se esvazia de suas obrigações sociais e de seu poder de intervenção na macroeconomia, se posicionando para garantir a sustentação da valorização financeira, e pela abertura de novas frentes para a acumulação, através de privatizações e ajustes fiscais, cortes de direitos sociais e trabalhistas, entre outros mecanismos.

David Harvey, faz uma comparação entre a forma de acumulação do período do fordismo, descrita por ele com rígida, com a forma de acumulação regida pela financeirização, uma forma organizada para superar os constrangimentos legais,

---

<sup>45</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista**: para compreender o mundo em que vivemos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. passim.

<sup>46</sup> Harvey, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

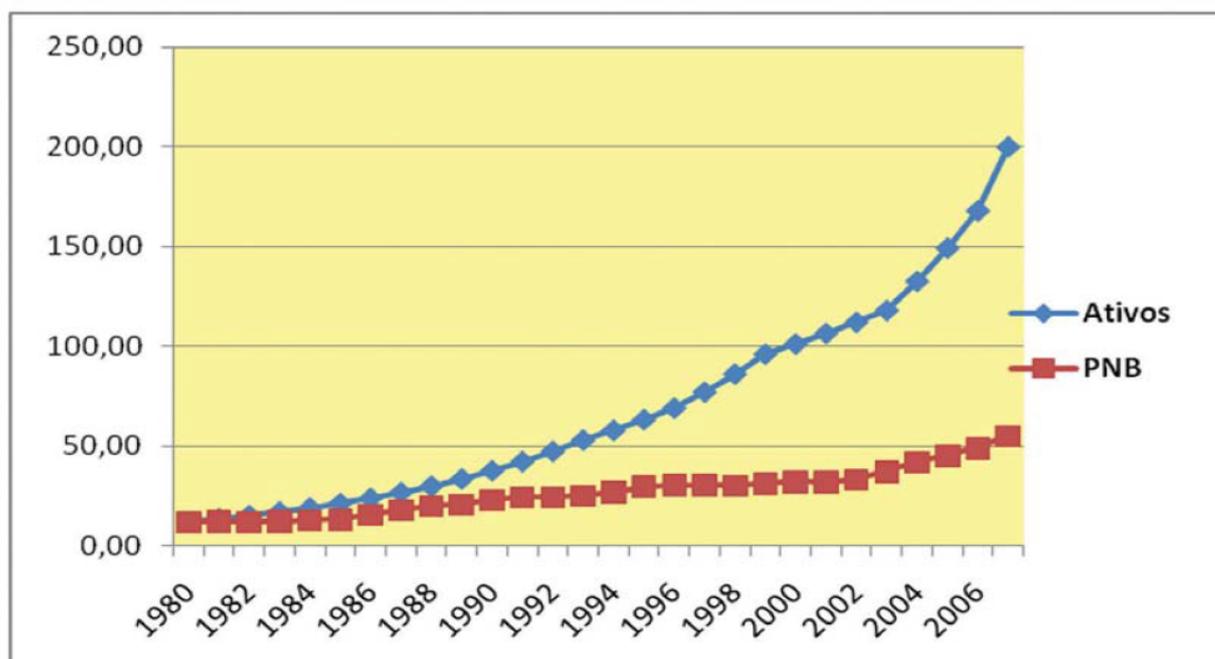
<sup>47</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada**: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 54.

sociais, geoespaciais e econômicos para a acumulação de capital, denominada por ele como “acumulação flexível”, ou seja, desregulamentada e sem limites<sup>48</sup>.

Na esteira do processo de liberação do mercado financeiro, o capital fictício expande em quantidade e qualidade sem precedentes. Nesse contexto, o capital fictício busca cada vez mais sua autonomia em relação à economia real, através de ativos próprios, e assim galgar uma crescente importância no cenário econômico visto como um todo<sup>49</sup>.

A conceituada economista Leda Maria Paulani (2009) apresenta, na figura abaixo, a acelerada evolução do estoque mundial de ativos financeiros, capital fictício, frente ao crescimento da renda mundial real, a partir de 1980<sup>50</sup>.

**Figura 1** - Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial (ONB) US\$ trilhões<sup>51</sup>.



**Fonte:** Mckinseys Global Institute (Ativos) e FMI (PNB); elaboração própria ( de Leda Paulani)

<sup>48</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 54.

<sup>49</sup> PARANÁ, op. cit., p. 51.

<sup>50</sup> PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valoração financeira e a situação do Brasil**. In: Revista de estudos avançados, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66. p. 27.

<sup>51</sup> Para a construção do gráfico, os valores do estoque mundial de ativos financeiros correspondentes aos anos para os quais não há dados disponíveis foram estimados como crescendo a uma taxa constante.

Em 2008, o total da riqueza fictícia acumulada em ativos financeiros, mesmo sem incluir um enorme volume de derivativos, atingiu uma marca quatro vezes maior que toda a renda mundial real acumulada.

A acumulação financeira está intimamente relacionada ao fenômeno do rentismo, ela toma posse da renda gerada pelo setor produtivo por meio de mera propriedade de ativos. O rentismo pode ser classificado como a obtenção de renda pela simples propriedade dos fatores de produção ou ativos e produtos financeiros, e não diretamente relacionada aos meios de produção de mercadorias, bens ou serviços<sup>52</sup>.

A lógica financeira tem como pilar central a manutenção constante da liquidez, visto que persegue ganhos sem se vincular a atividades produtivas, e desta maneira tende a desconsiderar investimentos de longo prazo, em detrimento de ganhos de curto prazo<sup>53</sup>. Essa diretriz conduz para uma reformulação de todo o processo produtivo, impactando na forma de reprodução e acumulação de capital de modo geral.

Medidas que remodelam o processo produtivo, como: a flexibilização do trabalho, a diminuição dos estoques a níveis mais baixos possíveis, a terceirização de serviços e de etapas do processo produtivo, estão diretamente em sintonia com os imperativos da lógica financeira que buscam dividir os riscos da produção com os trabalhadores e com os consumidores e a máxima liquidez<sup>54</sup>.

Além de impactar o processo produtivo, a lógica financeira contribui para o fortalecimento do processo de especulação em variadas frentes econômicas. Essa especulação sem controle, por sua vez, acaba dando origem a constantes crises econômicas.

O apetite do capital financeiro por rendimentos acaba por exigir da economia sempre mais do que ela pode ofertar, o que é consequência direta do descolamento do mundo financeiro com a produção, ampliando a tendência sistêmica de produção

---

<sup>52</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada**: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 52.

<sup>53</sup> Ibid., p. 52.

<sup>54</sup> Ibid., p. 53.

de crises. As crises financeiras enfrentadas nas últimas décadas são frutos da ampliação das liberdades oferecidas ao capital fictício que busca autonomia frente à economia real<sup>55</sup>.

A valorização do capital fictício decorre de demandas sustentadas por rendas resultantes do processo produtivo, lucros e salários. Contudo o capital fictício, como visto na figura.1, é capaz de se reproduzir em velocidade e dimensão muito superior à correspondente capacidade produtiva, esse crescimento acelerado do capital fictício acaba por gerar bolhas financeiras. No momento em que o ciclo de valorização do capital produtivo não atende a expectativa dos rendimentos ao capital fictício ocorre o estouramento da bolha financeira, evidenciando a crise por ela ocultada e impondo um limite forçado à autonomia relativa e limitada do capital fictício frente à produção<sup>56</sup>.

Sendo assim, a financeirização da economia mundial pode ser qualificada como uma transformação da estrutura de acumulação capitalista com a dominação da lógica de valorização financeira, que possui influência direta na reestruturação dos processos produtivos, além de variados desdobramentos econômicos, políticos e sociais.

O processo de financeirização da economia teve seus desdobramentos também no Brasil, influenciando e moldando a realidade brasileira de forma ativa desde o seu surgimento até os dias atuais como será visto adiante.

### **3.1 A FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**

O processo de financeirização da economia brasileira se desenrola desde o início do processo de financeirização no mundo capitalista, na década de 70 do século XX. Inicialmente o Brasil se constituiu como um grande demandante de crédito e essa demanda exacerbada por crédito juntamente com outros fatores da

---

<sup>55</sup> PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada**: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 75.

<sup>56</sup> Ibid., p. 76.

economia mundial mergulharam o país em uma grande crise da dívida externa, ocorrida na década de 1980 <sup>57</sup>.

Durante o período da crise da dívida externa, o Brasil apresentou um desempenho econômico instável e passou por constantes crises econômicas, apresentando um cenário interno de altas taxas de inflação.

Durante o período em que o Brasil apresentava altas taxas de inflação, a moeda emitida pelo Estado brasileiro cumpria apenas a função de ser meio de pagamento e unidade de conta. Eram os bancos privados que cobriam a função de garantir a reserva de valor através da dívida pública<sup>58</sup>.

Desta forma, foi estabelecido no Brasil durante o período de altas taxas de inflação um regime monetário dual, onde figuravam duas moedas, a emitida pelo Estado, que era utilizada como meio de troca e era constantemente desvalorizada pela inflação, e a emitida pelo setor financeiro privado, que permitia a acumulação de capital por via financeira, pois garantia sua valorização mesmo em um cenário de inflação através da generalização e aperfeiçoamento de mecanismos de correção monetária<sup>59</sup>.

Esses sofisticados mecanismos de correção monetária, realizados através de indexação de preços e salários, foram o ponto chave para possibilitar a expansão do processo de financeirização no Brasil mesmo em um cenário desfavorável de alta inflação e estagnação econômica<sup>60</sup>.

O capital acumulado no setor financeiro e a maturação do sistema bancário brasileiro, originados no desenrolar do processo de financeirização no Brasil durante o período de altas taxas de inflação, formaram uma força por demandas de liberalização financeira que não pode ser ignorada pelo governo e assim preparou terreno para as transformações que iriam ser visíveis nos anos de 1990<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. In: Revista de estudos avançados, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66. p. 34.

<sup>58</sup> SILVA, Flávia Carvalho de Moraes e. **O processo de financeirização da economia brasileira no período de 1995 e 2014**, Rio de Janeiro: UFF, 2016. p. 9.

<sup>59</sup> SILVA, loc. cit .

<sup>60</sup> SILVA, loc. cit.

<sup>61</sup> SILVA, loc. cit.

A partir da segunda metade dos anos 1990, o Brasil assumiu uma posição de potência financeira emergente. Essa posição foi atingida devido à implementação de um amplo processo de liberalização financeira, onde ocorreram inúmeras reformas estruturais de cunho neoliberal adotadas pelo governo que modificaram o arranjo econômico nacional e acentuou o processo de financeirização no Brasil, sendo as mais significativas: a estabilização monetária alcançada com o Plano Real, a abertura financeira incondicional, a reforma da previdência e administrativa e as privatizações de setores antes ocupados pelo poder público<sup>62</sup>.

Após o desenrolar do processo de liberalização financeira e com a superação do cenário de elevadas taxas de inflação, a acumulação de capital no setor financeiro brasileiro passou a se desenvolver através do mercado de derivativos e títulos de renda fixa vinculados ao endividamento público, sobre taxas até pouco tempo exorbitantes<sup>63</sup>.

O Brasil, como potência financeira emergente, assumiu um papel na economia global de plataforma internacional de valorização financeira, uma vez que se constituía como polo de atração para o capital financeiro devido a sua capacidade em possibilitar ganhos elevadíssimos em uma moeda estável<sup>64</sup>.

Sendo assim, a configuração da economia brasileira, tanto no período de elevada taxa de inflação, quanto no período em que assumiu a posição de potência financeira emergente, fortaleceu os setores rentistas nacionais e imprimiu a lógica financeira ao processo de acumulação nacional, mantendo assim, ao longo do tempo, o processo de financeirização da economia do Brasil.

Após o esclarecimento de como a financeirização se estabeleceu e influencia o cotidiano no Brasil e no mundo, é necessário analisar a ferramenta mais eficaz para se adaptar a essa realidade dominada pelas finanças. Esta ferramenta é a educação financeira que será exposta a seguir.

---

<sup>62</sup> PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. In: Revista de estudos avançados, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66. p. 34.

<sup>63</sup> SILVA, Flávia Carvalho de Moraes e. **O processo de financeirização da economia brasileira no período de 1995 e 2014**, Rio de Janeiro: UFF, 2016. p., 10.

<sup>64</sup> PAULANI, loc. cit.

## 4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Como visto nos capítulos anteriores, o mundo capitalista sofreu ao longo do tempo inúmeras transformações para continuar operando como sistema que rege não só a economia, mas várias das dimensões da sociedade humana. Neste século XXI impera o capitalismo financeiro, aliado à ideologia neoliberal, que exige das pessoas preparo na hora de conduzirem sua vida financeira.

A educação financeira é uma disciplina de extrema importância para garantir ao cidadão brasileiro o exercício de seus direitos e deveres neste mundo cada vez mais financeirizado, oferecendo suporte e servindo como uma bússola em suas tomadas de decisões.

Instituições nacionais e internacionais vêm reconhecendo a importância da educação financeira. O Banco Central do Brasil desenvolveu o termo cidadania financeira, que é conceituado como o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Este conceito é decorrente do termo cidadão e revela que o exercício da plena cidadania depende também do exercício pelo cidadão de seus direitos e deveres no mundo das finanças. Para que isto ocorra, é imprescindível que este cidadão esteja preparado através da educação financeira<sup>65</sup>.

A educação financeira pode ser vislumbrada em pelo menos 8 dos 17 Objetivos de desenvolvimento Sustentável pertencentes a um Protocolo Internacional da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que está ligado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo compromisso de implementação foi acolhido em 2015 pelo Brasil e por outros 193 países. Esta Agenda tem por objetivo conduzir o planejamento de ações e políticas permanentes capazes de conduzir os países signatários para um desenvolvimento sustentável e tem entre os seus objetivos principais a luta contra as desigualdades e a pobreza<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 18.

<sup>66</sup> Ibid., p. 19.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil é um parceiro chave e tem a pretensão de se tornar membro, possui uma iniciativa chamada Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), onde o Brasil é representado pelo seu Banco Central e por sua Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como membros plenos. O INFE possui como a sua missão a realização de pesquisas e o desenvolvimento de ferramentas visando dar suporte aos países membros e aos que aderirem o instrumento para confeccionar e implementar estratégias nacionais de educação financeira<sup>67</sup>.

Com a finalidade de monitorar o progresso dos governos das principais economias do mundo na implementação de estratégias nacionais para melhorar a educação financeira foi publicado em 2013 pela OCDE, em conjunto com a presidência do encontro do G20 realizado na Rússia, o documento: *Advancing National Strategies For Financial Education*. Este documento foi confeccionado com a contribuição do Brasil e de outros 20 países membros do G20 e de países convidados. Ele destaca, entre outras coisas, as principais características das experiências dos países, apontando para as diferentes estruturas governamentais estabelecidas para planejar e implementar suas estratégias nacionais para a Educação Financeira, além de propor possíveis áreas para novas ações políticas.

Outra iniciativa significativa da OCDE é o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), este programa mensura o desempenho escolar dos alunos visando aprimorar as políticas educacionais. Em 2018, cerca de 600 mil estudantes participaram da avaliação, representando um universo de aproximadamente 32 milhões de jovens com 15 anos pertencentes às escolas dos 79 países participantes do programa. No Brasil, 10.691 estudantes completaram a avaliação, representando um universo de mais de 2 milhões de estudantes com 15 anos.

Os dados levantados pelo PISA de 2018 e divulgados em 2020, apontaram que: 1) A condição socioeconômica foi um fator determinante no desempenho em leitura, matemática e ciências no Brasil. Os alunos favorecidos superaram os

---

<sup>67</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 20.

desfavorecidos na leitura em 97 pontos, no PISA de 2009 a diferença de desempenho na leitura relacionada à condição socioeconômica era de 84 pontos no Brasil; 2) No Brasil, cerca de um em cada dez estudantes desfavorecidos de alto desempenho não espera concluir o ensino superior, enquanto entre os alunos de alto desempenho, a proporção é de um em cada vinte e cinco; 3) Em média, nos países pertencente à OCDE, 94% dos estudantes relataram que obtêm essas informações financeiras dos pais, 77% relatam que a internet é uma fonte desses dados, aproximadamente metade de todos os estudantes afirmou obter informações sobre questões financeiras de amigos, da televisão ou do rádio ou de professores, e aproximadamente um quarto deles relatou que obtém essas informações de revistas; 4) Os estudantes mais familiarizados com as finanças ou os termos relacionados à economia também tinham maior conhecimento financeiro, medido pela avaliação de alfabetização financeira do PISA 2018. Cada termo adicional, dos 18 propostos, que um aluno relatou ter aprendido na escola nos 12 meses anteriores e cuja definição o aluno ainda conhecia estava associado a um aumento em sua pontuação de alfabetização financeira, em média nos países pertencentes à OCDE. Depois de considerar o sexo, o aluno e o perfil socioeconômico da escola, assim como o histórico de imigrantes, cada termo adicional foi associado a uma melhoria de três pontos na pontuação de alfabetização financeira; e 5) Em média, nos países pertencentes à OCDE, 15% dos estudantes tiveram desempenho abaixo do nível 2 em alfabetização financeira. Esses alunos exibiam apenas habilidades básicas de alfabetização financeira, como identificar termos e produtos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos. Eles podem ter sido capazes de reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e tomar decisões simples sobre gastos diários, mas ainda não foram capazes de aplicar seus conhecimentos para tomar decisões financeiras em contextos que não eram imediatamente relevantes para eles, como reconhecer o valor de um orçamento simples ou realizar uma mera avaliação do valor pelo dinheiro. Mais de um em cada três estudantes no Brasil, Bulgária, Geórgia, Indonésia e Peru se apresentou abaixo do nível 2, e mesmo em países e regiões de alto desempenho econômico, como em

algumas províncias canadenses, na Estônia, Finlândia e Polônia, entre 5% e 10% dos alunos obtiveram pontuação abaixo do nível 2<sup>68</sup>.

O resultado do PISA de 2018 revelou também que o Brasil apresenta baixa proficiência em leitura, matemática e ciências quando comparado com os outros 78 países que participaram da avaliação. Foi constatado ainda que 68,1% dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade não possuem nível básico de matemática e que os níveis de desempenho dos estudantes brasileiros estão em patamares semelhantes aos constatados em 2009.

Esses resultados são o espelho da desigualdade social no Brasil e mostram a necessidade da promoção da educação junto à população brasileira, com ênfase nos desfavorecidos, a fim de combater essa diferença e promover a inclusão social. A condição socioeconômica não deveria ser determinante para o acesso à educação de qualidade no Brasil, como mostram os resultados do PISA de 2018.

A efetivação do direito à educação financeira passa pela garantia do direito à educação regular de qualidade a todos os brasileiros, independente de sua condição social. Até porque, a bagagem adquirida pelos alunos nas disciplinas regulares é fundamental para a alfabetização financeira, além da estrutura voltada para a educação regular ser certamente o melhor condutor para a disseminação do direito à educação financeira. Sendo assim, é necessário entender como o ordenamento jurídico brasileiro lida com o direito à educação regular e de que maneira este direito é concretizado.

#### **4.1 DIREITO À EDUCAÇÃO**

O direito à educação está presente no rol de direitos fundamentais assegurados a todos os cidadãos, com ênfase à criança e ao adolescente, no artigo 6º da CRFB. A educação é a base para a participação na vida social e ao mesmo

---

<sup>68</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 22.

tempo é fundamental para a aquisição e o crescimento da cidadania, a sua proteção e fomento é dever não somente do poder público, mas de todos os brasileiros<sup>69</sup>.

A efetivação do direito à educação no Brasil é de essencial importância, ainda mais nesses novos tempos, onde o neoliberalismo financeiro desarticula a produção como espelho da riqueza e tem como consequência direta a formação do desemprego estrutural e um cenário de exclusão social crônico. Sua efetivação atende também a necessidade de promover a subjetividade do ser humano, não mais como engrenagem de um sistema produtivo, mas para atender a exigência da universalização do direito à vida em condições de dignidade e liberdade, sendo meio para se atingir e promover a diminuição das desigualdades sociais, o respeito aos direitos humanos e a participação democrática dos povos.

Como forma de combate a esta desigualdade estrutural e exclusão social crônica, a comunidade internacional tem se voltado para uma agenda que promove a importância da equidade social, que se estabeleceu como princípio da nova organização social do terceiro milênio.

Nesta agenda estão inclusas várias grandes conferências realizadas principalmente na década de 90 do século passado, como: a Cúpula Mundial da Infância, realizada em Nova York em 1990 e que teve como fruto a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança e a resolução do acesso universal à educação básica; a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho 1992 e que afirmou a via única da sustentabilidade do desenvolvimento como a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometimento das gerações futuras; a II Conferência Internacional dos Direitos Humanos, realizada na capital austríaca em 1993; a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social, sediada na capital da Dinamarca em 1995; e a Conferência Mundial de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990 e que produziu a Declaração Mundial Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas da Aprendizagem<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito à Educação: Uma Questão de Justiça**. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 13.

<sup>70</sup> Ibid., p. 18.

Além das conferências, foi eleito pela comunidade internacional como diretriz dos povos o paradigma do Desenvolvimento Humano. Este paradigma serve como unidade de medida para a equidade social e é o contexto maior de onde surgiu a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente, que por sua vez encontra-se resumida no artigo 227 da CRFB<sup>71</sup>.

O artigo 227 da CRFB atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação. Esses atores de promoção e garantias do direito à educação, sendo eles: a família, a sociedade e o Estado, não possuem uma posição hierarquizada ou subsidiária dentro do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre eles o direito à educação. O texto constitucional não atribui grau de interferência ou de importância a nenhum deles, porém é incontestável que para melhor garantir o direito à educação se faz necessário a atuação de forma coordenada com cada ator respeitando o espaço do outro<sup>72</sup>.

Uma forma simples de especificar e compreender quem são os atores de promoção e garantias do direito à educação é relacioná-los ao desenvolvimento de uma criança. A primeira referência de uma criança é a sua família, através de seus pais. Logo, depois de crescer um pouco, passa a socializar e a adquirir conhecimento na escola. E finalmente, quando suas relações sociais ficam mais complexas, chegamos aos órgãos estatais mais complexos, os Conselhos de Educação<sup>73</sup>.

Os pais ou qualquer outro responsável pela criança ou adolescente, representando o ciclo familiar mais próximo da criança, assume duplo papel na promoção e garantias do direito à educação, o de sujeitos de obrigações e de representantes da criança ou adolescente como credores do direito à melhor educação.

A omissão dos pais ou qualquer outro responsável pela criança ou adolescente na provisão da escolaridade obrigatória, pode ter como consequência

---

<sup>71</sup> LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito à Educação**: Uma Questão de Justiça. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 19.

<sup>72</sup> Ibid., p. 30.

<sup>73</sup> Ibid., p. 31.

desde a aplicação de medidas protetivas, enumeradas no artigo 101 da lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente), como a imposição de multa, conforme artigo 249 da lei 8.069/90, como também a responsabilização penal, de acordo com o artigo 246 do Código Penal. Há também a possibilidade extrema da perda do poder familiar, antigo pátrio poder, por ofensa injustificável aos deveres e obrigações parentais, dentre eles o direito à educação, conforme os artigos 22 e 24 da lei 8.069/90<sup>74</sup>.

Os pais ou qualquer outro responsável pela criança ou adolescente figuram também como instrumentos de defesa dos direitos educacionais de seus tutelados. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, garantem a eles, por exemplo, a participação no processo pedagógico, o controle e a fiscalização da qualidade do ensino<sup>75</sup>.

A escola não é o único espaço para a educação, segundo o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ela se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Contudo seu valor é inestimável, competindo à escola prover o espaço para o desenvolvimento do aluno, fomentando atividades que busquem sua formação: política, ética, comunitária e cidadã<sup>76</sup>.

O ambiente escolar é o local com maior vocação para reunir uma rede de atendimento à efetivação do direito à educação, uma vez que este local possibilita a atuação concomitante de todos os atores de promoção e garantias do direito à educação. Contudo esta aglutinação de esforços pela educação não pode incidir no erro de reduzir a educação ao ambiente escolar.

Para se construir esta rede de atendimento pela educação baseada na escola, se faz necessário frisar que o acesso à educação escolar inclusiva e de qualidade é assegurado a todos os cidadãos, conforme artigo 205 da CRFB, sendo assegurado: a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o

---

<sup>74</sup> LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito à Educação: Uma Questão de Justiça**. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 32.

<sup>75</sup> LIBERATI, loc. cit.

<sup>76</sup> LIBERATI, loc. cit.

direito de ser respeitado por seus educadores, o direito a contestar critérios avaliativos, o direito de organização e participação em entidades estudantis, o acesso à escola pública gratuita próxima a residência, e a ciência e participação dos pais ou responsáveis no processo pedagógico<sup>77</sup>.

O ordenamento jurídico nacional, especificamente a CRFB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, estão em sintonia com a perspectiva dos alunos e cercou o direito à educação escolar de inúmeros mecanismos protetivos. Como é possível notar, atribuiu a diversos atores direitos e deveres para a garantia do direito à educação, onde na falta ou na falha de um, o outro deve agir e para auxiliar o esforço de um deve agir o outro. Mostrando assim a importância da concretização do direito à educação através da educação escolar, cujo íntimo sempre revela sua inquestionável função pública, mesmo quando ofertada por instituições privadas.

## 4.2 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) surgiu em um momento onde o governo e a sociedade brasileira buscavam meios de reduzir os efeitos negativos gerados pela grave crise internacional que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos e que se espalhou rapidamente por todo o mundo capitalista chegando ao Brasil<sup>78</sup>.

A crise, causada por uma bolha especulativa no mercado imobiliário norte americano, deixou flagrante a importância que cada tomada de decisão financeira possui para se garantir a estabilidade econômica em um mercado ou país. Ficou evidente o papel da educação financeira como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o auxílio na redução das desigualdades e a promoção da cidadania plena.

---

<sup>77</sup> LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito à Educação**: Uma Questão de Justiça. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 56.

<sup>78</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 24.

Em 2010, através do decreto federal 7.397, foi instituída a ENEF buscando, por meio da união de agentes de diversos setores, acumular esforços na promoção e disseminação da educação financeira no Brasil. Foram convocados para essa nobre missão atores da área da educação, da defesa do consumidor, do setor bancário, de valores imobiliários, de seguros e de previdência<sup>79</sup>.

A ENEF possuía como objetivos a promoção e o fomento da cultura de educação financeira no país, a ampliação da compreensão do cidadão em questões financeiras, para que o mesmo seja capaz de tomar decisões conscientes quanto à administração dos seus recursos, e a contribuição para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Em 2020, o decreto federal 10.393 revogou o decreto federal 7.397 de 2010 dando origem a uma nova ENEF. Esta renovação fundou o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que é composto pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria Nacional do Consumidor, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Previdência e o Ministério da Educação. O FBEF veio para substituir o Comitê Nacional de Educação Financeira na gestão da ENEF<sup>80</sup>.

Conforme o artigo 2º do decreto federal 10.393 de 2020, o FBEF possui as seguintes atribuições:

- I - Implementar e estabelecer os princípios da ENEF;
- II - Divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;
- III - Compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação;
- IV - Promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

---

<sup>79</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 23.

<sup>80</sup> Ibid., p. 56.

Um diferencial desta nova versão da ENEF para a antiga é a menção específica de temas como educação fiscal e securitária, que apesar de integrarem a educação financeira antes não recebiam esse destaque.

A implementação da ENEF vem se desenvolvendo através de programas denominados transversais, coordenados pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira, e programas setoriais, desenvolvidos de forma isolada por cada membro do FBEF.

Os programas transversais são ações alinhadas às diretrizes propostas pela ENEF e implementadas através de um esforço conjunto dos membros do FBEF. Seus objetivos envolvem a associação de vários temas como planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor. São eles: o Programa Educação Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira de Adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira<sup>81</sup>.

O Programa Educação Financeira nas Escolas tem como proposta levar a educação financeira ao ambiente escolar. Ele possui duas áreas de foco, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem como objetivo a contribuição para o desenvolvimento da cultura do planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente na vida das novas gerações de brasileiros.

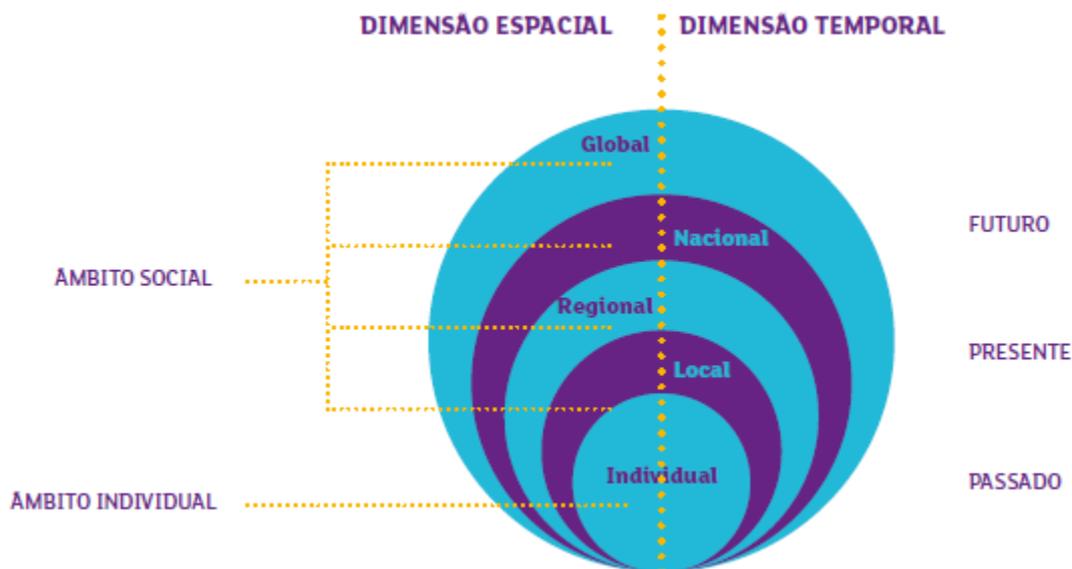
É esperado que através das competências adquiridas por meio da educação financeira seja possível qualificar o estudante para os desafios cotidianos, uma vez que a educação financeira está comprometida com o cotidiano, que acontece sempre em duas dimensões: tempo e espaço. Na dimensão espacial, os conceitos financeiros são tratados tomando como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, nessa dimensão estão presentes os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se organizam de modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados com base na noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia correlativa que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no

---

<sup>81</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. passim.

passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados, sendo eles positivos e/ou negativos, serão colhidos no futuro. Esta correlação pode ser vislumbrada na figura abaixo:

**Figura 2** - Dimensões espacial e temporal da educação financeira.



**Fonte:** educação financeira nas escolas: ensino fundamental, Brasília, 2014.

O Programa Educação Financeira nas Escolas conta com um modelo pedagógico e possui um conteúdo distribuído em uma coleção de livros que contempla os 12 anos da educação básica. Ambos, o modelo pedagógico e a coleção de livros, foram desenvolvidos para colocar o aluno como protagonista de sua história, auxiliando-o na construção de seu projeto de vida, além de oferecer a ele condições de planejar, organizar e realizar o futuro que almeja. Tudo isso em conexão com o entorno familiar e social ao qual está inserido e deixando claro a força transformadora da educação financeira em diferentes fases da vida, força essa capaz, por exemplo, de gerar inclusão e mobilidade social e reduzir o desgaste emocional oriundos de problemas financeiros.

O Programa Educação Financeira de Adultos é uma ação de educação financeira de conteúdo transversal e interdisciplinar desenvolvido com o intuito de ajudar a população adulta no equilíbrio de suas necessidades e desejos, que são

constantemente submetidos aos apelos imediatistas para o consumo. Possibilitando, através do acesso à educação, a reflexão e a ação do indivíduo com o intuito de transformar a sua realidade.

Sua condução toma como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, confeccionadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministério da Educação, que alerta para a necessidade de que a Educação de jovens e adultos devem assumir as funções: 1) Reparadora, de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas; 2) Equalizadora, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais de participação; e 3) Qualificadora, com apelo à formação permanente, voltada para a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

A Semana Nacional de Educação Financeira é uma ação de mobilização da ENEF com o objetivo de disseminar a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal em todo o território nacional, através de ações desenvolvidas pelos membros do FBEF e por parceiros convidados por ele.

Apesar de possuir uma agenda oficial, a Semana Nacional de Educação Financeira abre espaço para órgãos públicos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil apresentarem suas iniciativas de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, que devem necessariamente estar alinhadas com os princípios da ENEF, principalmente a gratuidade.

Os programas setoriais são ações desenvolvidas separadamente por cada um dos membros e obrigatoriamente devem estar alinhadas às diretrizes fixadas na ENEF e serem conduzidas pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição. São exemplos de programas setoriais: O Guia Orientação e Defesa do Consumidor realizado pela Superintendência de Seguros Privados, a SUSEP, e o site “Meu Bolso Em Dia” lançado pela FEBRABAN, a Federação Brasileira de Bancos<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 28.

Além todos esses programas, em 2008, visando auxiliar a implementação da ENEF, foi lançado o site “Vida e Dinheiro”, com o objetivo inicial de cadastrar ações de educação financeira, gratuita e de conteúdo não comercial presentes em todo o Brasil e assim criar um grande catálogo de iniciativas nacionais pela educação financeira. Este site foi aprimorado e encontra-se ativo até os dias atuais.

Em 2017, ocorreu um relevante avanço para a execução da ENEF, a educação financeira finalmente foi incluída na Base Nacional Comum Curricular. Isso significa que a temática de educação financeira faz parte da relação de assuntos incorporados ao plano pedagógico de cada estado e município brasileiro e passaram a ser desenvolvida junto à disciplina de matemática, nas classes de quinta a nona série do Ensino Fundamental, com possibilidade de ser trabalhada de maneira interdisciplinar com as demais áreas do saber<sup>83</sup>.

Todos esses movimentos, em prol da disseminação da educação financeira para toda a população brasileira, vêm de encontro a uma realidade que precisa ser transformada e é esta realidade que será exposta a seguir.

---

<sup>83</sup> FORTE, Cláudia M. J. . **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Em Busca de um Brasil Melhor**. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. p. 29.

## 5 REALIDADE BRASILEIRA

Para tentar mensurar o grau de educação financeira da população brasileira e com isso entender a sua realidade, é necessário avaliar detalhadamente temas relacionados ao orçamento familiar dos brasileiros, seus hábitos de consumo e de poupança, além de como é o relacionamento do brasileiro com o sistema financeiro.

Pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2008, que ouviu cerca de mil e oitocentos brasileiros de diferentes faixas de renda e graus de escolaridade, em seis capitais do país, revelou uma população com baixo nível de educação financeira na época e várias peculiaridades<sup>84</sup>.

A maior parte dos entrevistados, cinquenta e dois por cento (52%), se autodenominavam “pessoas poupadoras”, contudo um quarto deles estavam com restrições cadastrais no mercado, quarenta e quatro por cento (44%) havia pedido dinheiro emprestado nos últimos três meses antes da pesquisa e cerca de trinta por cento, quando estavam em aperto financeiro, pagavam apenas o valor mínimo da fatura dos seus respectivos cartões de crédito.

A pesquisa revelou que sessenta e seis por cento (66%) dos entrevistados guardavam os comprovantes de suas compras e que sessenta e nove por cento (69%) deles faziam algum tipo de planilha de controle dos gastos da família. Esses dados mostram que o brasileiro da época, de certo modo, tentava controlar seus gastos, contudo na prática essa realidade não era suficiente para evitar hábitos financeiros contestáveis.

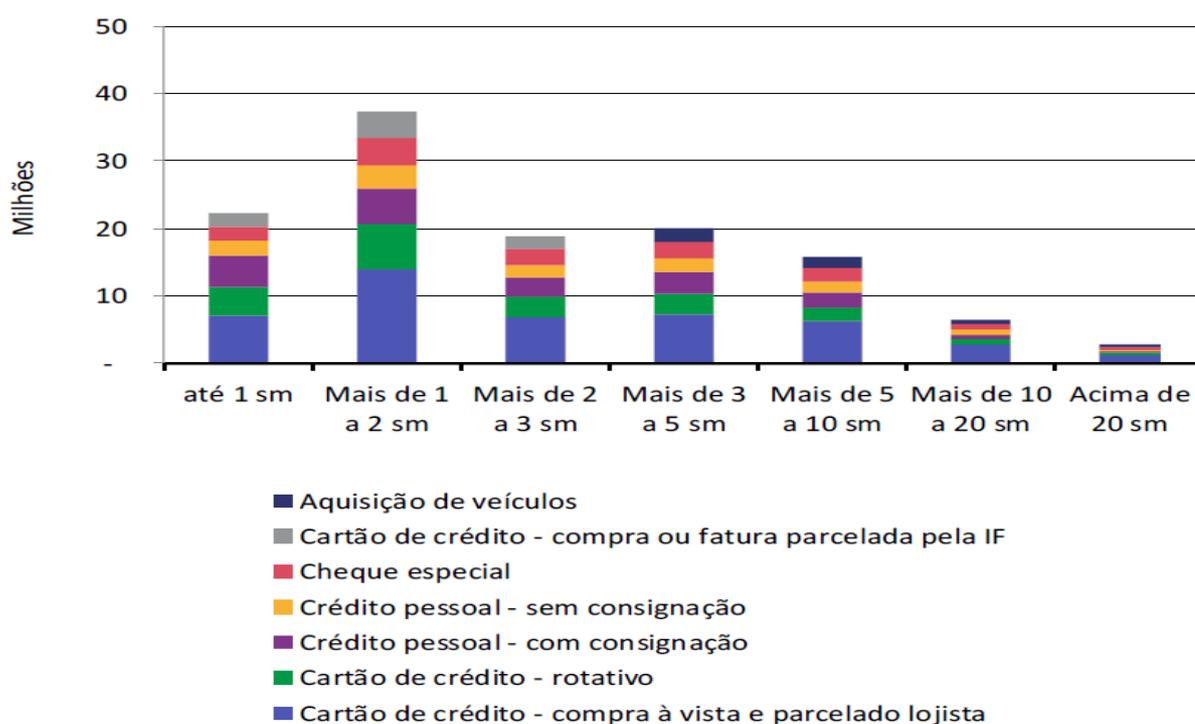
Foi revelado que, à época do estudo do Instituto Data Popular, o brasileiro com menos escolaridade e pertencentes a classes C e D possuía uma preferência pelo consumo imediato, financiado pelo crédito. Quarenta e sete por cento (47%) dos pesquisados com até três anos de estudo e que compravam a prazo optaram por parcelar suas compras em mais vezes, com a finalidade de obter parcelas menores, em detrimento de obter juros menores.

---

<sup>84</sup> Plano Diretor ENEF (2017) - Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO\\_compressado.pdf](https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressado.pdf). Acessado em 10/05/2021

Esta tendência de consumo imediato através do crédito caro permanece até os dias atuais nos hábitos de consumo da população brasileira. Dados produzidos pelo Banco Central do Brasil, divulgados em 2018, mostram que o cartão de crédito é o produto de crédito mais usado pelos brasileiros<sup>85</sup>. O rotativo do cartão de crédito e o cheque especial, duas das modalidades de crédito mais caras disponíveis no mercado, figuram entre as modalidades com maior número de tomadores em todas as faixas de renda, como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Figura 3** - Modalidades de crédito mais utilizadas em cada faixa de renda.



Nota: os tomadores de crédito podem aparecer mais de uma vez pelo fato de possuírem crédito em mais de uma modalidade.

**Fonte:** Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central, Brasília, 2018.

Segundo o estudo do Instituto Data Popular, de 2008, a inadimplência estava presente no cotidiano da maioria dos brasileiros. Cinquenta e quatro por cento (54%) dos entrevistados já estiveram inadimplentes com seus compromissos

<sup>85</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

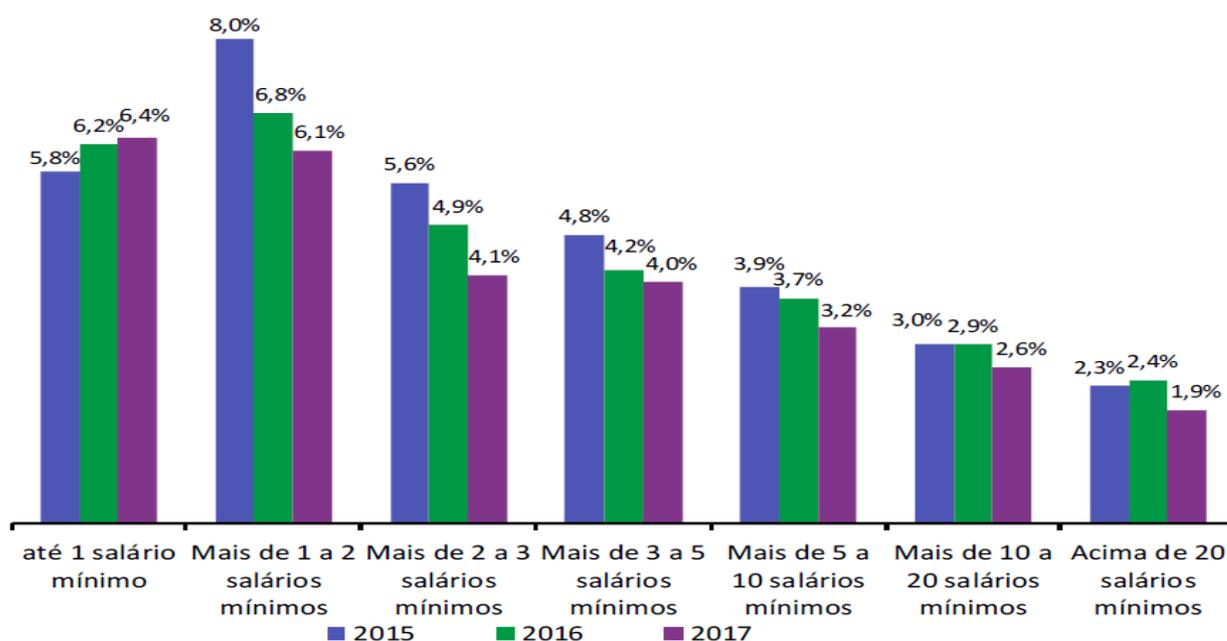
financeiros ao menos uma vez na vida e, na época da pesquisa, vinte e seis por cento (26%) estavam em situação de inadimplência<sup>86</sup>.

Cabe explicar que a inadimplência consiste em um atraso persistente do pagamento de alguma dívida, atrasos de mais de noventa dias. A inadimplência está diretamente relacionada ao comprometimento excessivo da renda da pessoa ou família endividada, sendo fruto de um desequilíbrio financeiro.

Dados, que compreendem o período de 2015 a 2017, divulgados pelo Banco Central do Brasil, revelam que, juntamente com a queda no comprometimento da renda do brasileiro, a inadimplência recuou em quase todas as faixas de renda<sup>87</sup>.

A exceção foram os brasileiros com renda de até 1 salário mínimo, eles passaram a comprometer maior fatia de renda com o pagamento de dívidas e por essa razão houve crescimento nos resultados de inadimplência nesta faixa, como mostra a figura abaixo.

**Figura 4 - Inadimplência por faixa de renda**



**Fonte:** Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central, Brasília, 2018.

<sup>86</sup> Plano Diretor ENEF (2017) - Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO\\_compressed.pdf](https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf). Acessado em 10/05/2021.

<sup>87</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

O cartão de crédito na modalidade rotativo, mesmo representando apenas dois por cento (2%) do saldo das operações de crédito, abarcou mais de vinte por cento da carteira de inadimplência.<sup>88</sup> Este fato revela o mau uso do cartão de crédito por muitos brasileiros, que se tornam inadimplentes muitas das vezes por falta de planejamento financeiro e pelo consumismo imediato. A educação financeira é uma medida excelente contra esse tipo de disfunção, o que enfatiza mais a sua importância para equilibrar as finanças dos brasileiros.

Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, em 2008, a maioria dos brasileiros não poupava dinheiro, como também não guardava dinheiro pensando em garantir uma aposentadoria mais tranquila<sup>89</sup>.

Os dados de 2008 revelaram que apenas quarenta e quatro por cento (44%) dos entrevistados declararam que eles próprios ou alguém da família investe dinheiro todo o mês, já pensando na aposentadoria o percentual de poupadores caía para trinta e um por cento (31%).

A realidade apresentada em 2008 infelizmente não mudou. Dados publicados pelo Global Findex, banco de dados internacional voltado para a inclusão financeira, revelam que o brasileiro adulto continua em sua maioria sem possuir uma cultura de poupar recursos financeiros<sup>90</sup>. Este fato pode ser constatado através da tabela comparativa abaixo, que mostra o percentual de poupadores no Brasil sempre menor que em outros grupos.

---

<sup>88</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

<sup>89</sup> Plano Diretor ENEF (2017) - Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO\\_compressed.pdf](https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf). Acessado em 10/05/2021.

<sup>90</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

**Figura 5** - Poupou qualquer quantia no último ano (% da população maior de 15 anos)

	2014	2017
Brasil	28%	32%
Países de alta renda: OCDE	71%	73%
Mundo	56%	48%
América Latina e Caribe (exceto países de alta renda) <sup>40</sup>	41%	37%
Países de renda <i>per capita</i> PPC próxima à do Brasil	46%	43%
Mundo	56%	48%

**Fonte:** Global Findex 2017; Banco Mundial - GDP per capita.

Em 2014, pesquisa contratada pelo Banco Central do Brasil, investigou o motivo para a maioria dos brasileiros não possuírem o hábito de poupar recursos, e obteve como resposta que a principal razão seria o fato de não sobrar dinheiro, oitenta e sete por cento (87%) apontaram esse fato como a principal razão<sup>91</sup>. Contudo, não é possível apontar o fator valor da renda como determinante para que uma pessoa consiga poupar e como se pode reparar a diferença entre o percentual de poupadores brasileiros em relação aos outros grupos mostra que há margem para a transformação dos hábitos da população brasileira através da educação financeira.

Essa conclusão mostra a necessidade de se investigar melhor outras razões que impeçam o brasileiro de possuir o hábito de poupar, para que a aplicação da educação financeira com a finalidade de aumentar a capacidade dos brasileiros de salvar recursos seja mais eficaz.

Apesar da maioria dos brasileiros adultos não possuírem o hábito de poupar, dados do Global Findex mostram que houve uma melhora considerável, quando comparados dados de 2014 com dados de 2017, na capacidade do brasileiro adulto de levantar fundos em caso de uma eventual emergência<sup>92</sup>. Como mostra a figura

<sup>91</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

<sup>92</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

abaixo, aumentou o percentual de trinta e cinco por cento (35%) em 2014 para quarenta e seis por cento (46%) em 2017.

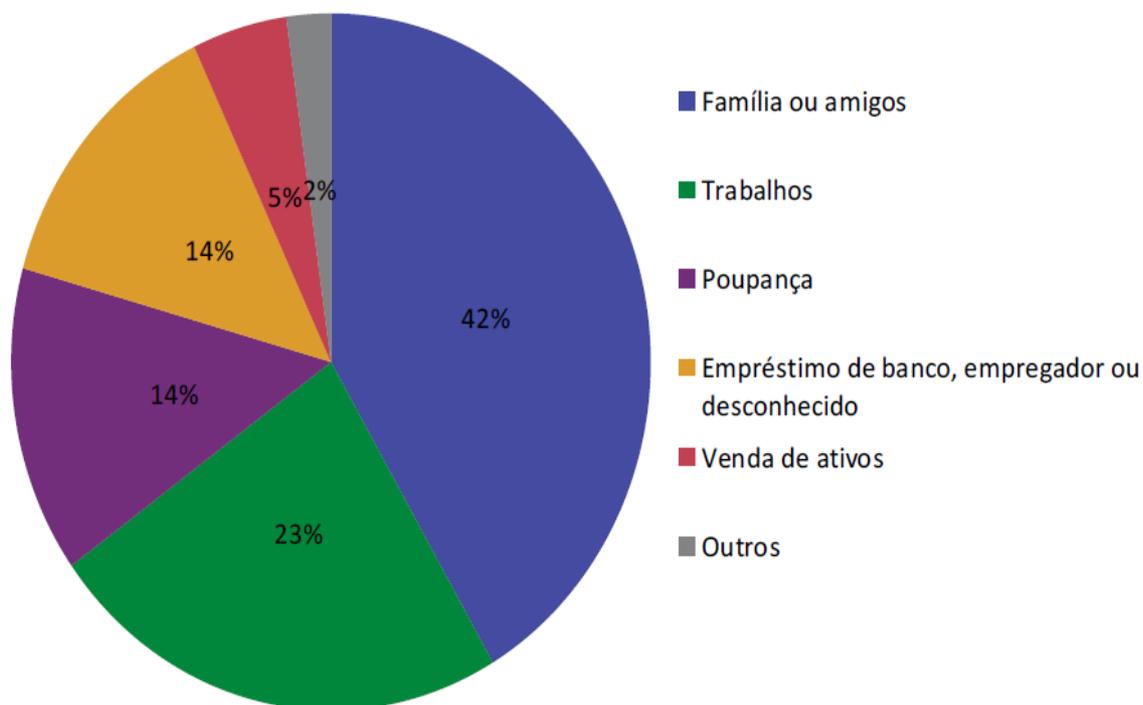
**Figura 6** - Porcentagem da população adulta (maior de 15 anos) para a qual é possível levantar fundos para uma emergência

	2014	2017
Brasil	35%	46%
Países de alta renda: OCDE	71%	74%
Mundo	60%	54%
América Latina e Caribe (exceto países de alta renda)	46%	41%
Países de renda média alta	65%	53%
Países de renda <i>per capita</i> próxima à do Brasil	53%	50%
Países de renda <i>per capita</i> PPP próxima à do Brasil	57%	49%

**Fonte:** Global Findex 2017; Banco Mundial - GDP per capita.

Conforme é possível observar, o Brasil fugiu da tendência de piora, neste indicador, que se estabeleceu no mundo e em países em situação similar a sua. Entretanto é muito importante se atentar para os números relativos às fontes para essa eventual emergência. Os brasileiros adultos, em sua maioria, contam com a ajuda de familiares ou amigos na hora de levantar fundos visando superar uma situação de emergência, o que mostra uma relação perigosa de dependência ao invés de um planejamento financeiro a fim de gerar uma poupança própria para momentos difíceis. Em 2014, cinquenta e sete por cento (57%) tinham na família ou nos amigos fonte para eventuais emergências, esse número diminuiu em 2017 para quarenta e dois por cento (42%), porém continua em primeiro lugar entre as opções de fontes citadas em pesquisa do Banco Central do Brasil, de acordo com a figura abaixo<sup>93</sup>.

<sup>93</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

**Figura 7 - Fonte de fundos para emergência no Brasil em 2017**

**Fonte:** Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central, Brasília, 2018.

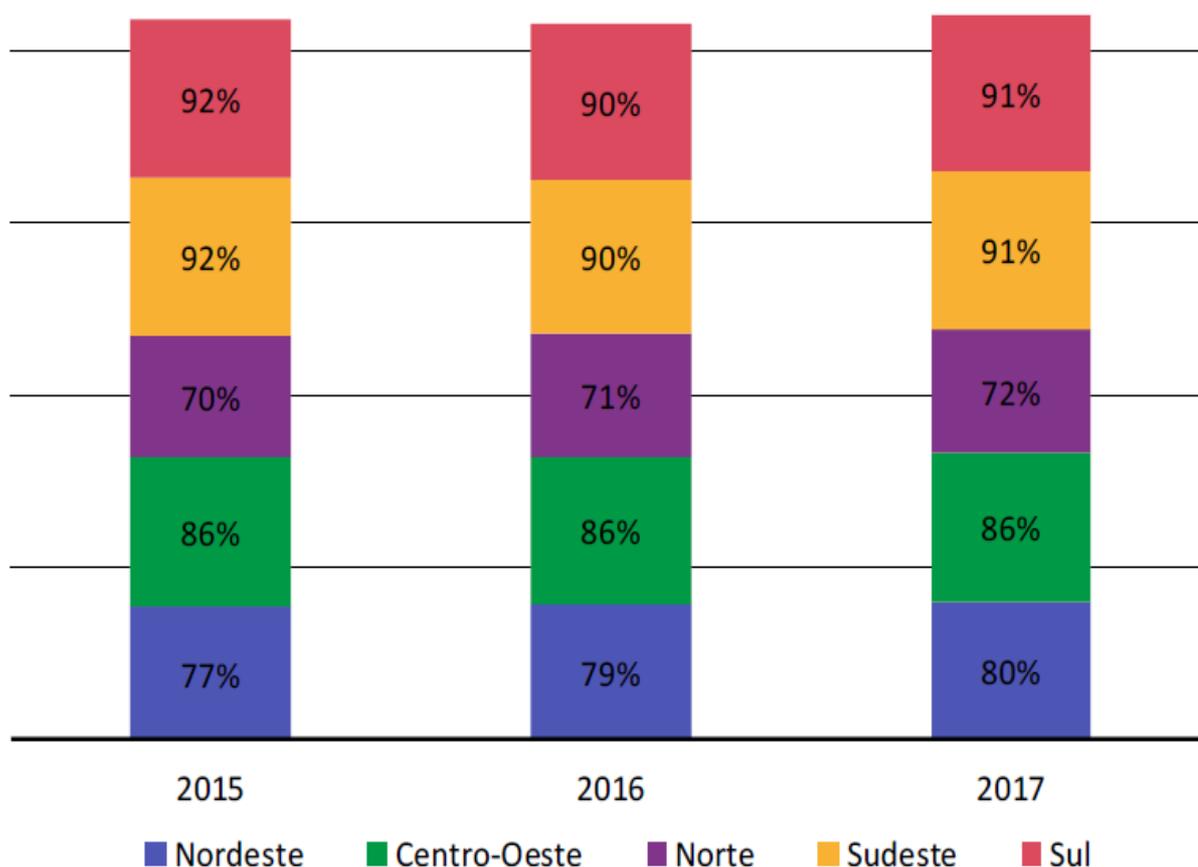
Um fato no mínimo peculiar, apresentado pela pesquisa do Banco Central do Brasil, é que a maioria dos brasileiros adultos prefere contar com trabalhos, que muitas das vezes podem não surgir, ao invés de contar com sua própria capacidade de poupar. O caminho para superar o desafio de estimular na população brasileira um comportamento saudável de poupar recursos para momentos difíceis passa certamente pela educação financeira, que é um instrumento indispensável para se alcançar uma gestão eficaz das finanças pessoais e para a construção de uma reserva financeira de emergência.

O Brasil é um país de dimensão continental, contudo sua rede de atendimento bancário é bastante extensa e com bastante capilaridade, alcançando praticamente todos os pontos do território nacional e sendo acessível a quase todos os brasileiros.

Dados do Banco Central do Brasil, de 2017, mostram que a maioria dos brasileiros adultos, mais de 140 milhões de cidadãos, possui algum tipo de relacionamento bancário<sup>94</sup>. Contudo, o percentual de usuários de serviços bancários varia entre as regiões do país.

A região Sudeste apresenta o maior percentual de usuários do serviço bancário em relação a sua população adulta (90,9%), enquanto as regiões Nordeste e Norte possuem os menores percentuais (respectivamente 80% e 72,3%). No decorrer dos anos de 2015 a 2017, o percentual de adultos com algum tipo de relacionamento bancário se manteve estável em todas as regiões do Brasil, exceto no Norte e Nordeste, onde ocorreu aumento, conforme figura abaixo.

**Figura 8 - Adultos com relacionamento bancário por região**



**Fonte:** Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central, Brasília, 2018.

<sup>94</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

Esse aumento do percentual do número de usuários do sistema bancário nacional nas regiões Norte e Nordeste, mostra a capacidade das instituições financeiras em alcançar os brasileiros onde eles estiverem. Contudo ainda existem muitos brasileiros excluídos deste serviço tão fundamental.

Dentre a parcela dos brasileiros que não utilizam o serviço bancário, cinquenta e oito por cento (58%) alegaram, de acordo com dados do Global Findex, que não possuem conta em instituição financeira porque falta dinheiro ou porque consideram que o custo é alto<sup>95</sup>.

Dados como este mostram que a educação financeira pode ser eficaz ferramenta de inclusão, transformando a vida desses cidadãos, que muitas das vezes optam por se afastar do sistema bancário por se sentirem em uma posição de inferioridade. Por exemplo, parcela das pessoas que alegam não possuir conta em instituição financeira por considerarem o serviço de alto custo certamente desconhece que possuem o direito de abrir uma conta em qualquer banco livre de tarifas, conta com pacote de serviço essencial, conforme Resolução do Banco Central do Brasil número 3.919/2010.

Saber como está o acesso do brasileiro a contas no sistema bancário é um importante informativo de como anda a inclusão financeira no Brasil, contudo a inclusão deve ir muito além da simples posse de conta em uma instituição financeira. A educação financeira é o meio obrigatório, que amplia esse horizonte, é a ferramenta indispensável para capacitar o cidadão brasileiro para o devido uso desta conta e guiar sua vida financeira.

De posse desse conjunto de informações a respeito do grau de educação financeira da população brasileira e da sua realidade financeira, é possível ter uma visão dos efeitos sobre a sociedade dos programas, já em execução, voltados para educação financeira, assim como permite planejar estratégias para que através da educação financeira a realidade seja transformada para melhor. O direito à

---

<sup>95</sup> Relatório de Cidadania Financeira (2018) - Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acessado em 10/05/2021.

educação financeira revela sua importância frente a um cenário tão desafiador e, devido a isto, merece atenção especial de toda a sociedade, para que o Brasil tenha no futuro mais inclusão social e menos desigualdades.

## 6 CONCLUSÃO

Enxergando a educação financeira como forma espontânea de se trilhar um caminho para a inclusão social no Brasil. Este trabalho buscou apresentar conteúdo capaz de esclarecer em que grau o Brasil se encontra em relação ao desenvolvimento de políticas públicas para a efetivação do direito à educação financeira, assim como a situação da população brasileira em relação ao nível de conhecimento financeiro.

Para tanto, foram tratados, no decorrer de seus capítulos, temas pertinentes à investigação e entendimento do cenário atual do capitalismo praticado no Brasil e no mundo, abarcando a financeirização da economia e seus desdobramentos, e ao direito fundamental à educação, concretizado na CRFB. Além disso, foram apresentadas as principais iniciativas do poder público para a concretização do direito à educação financeira no Brasil e demonstrados dados que apontam para a realidade da sociedade brasileira, revelando seu grau de conhecimento financeiro e seus hábitos ao lidar com o dinheiro.

Para melhor entendimento da realidade atual do capitalismo praticado no Brasil e no mundo, foi apresentada a relação histórica entre o capitalismo e a sociedade. Dela pode se extrair que o capitalismo, apesar de ser denominado um sistema econômico, possui uma carga mental, cultural e ética própria capaz de influenciar não somente a vida econômica dos indivíduos, mas também a realidade política, o direito, a religião e todos os demais aspectos da vida em sociedade. Foi revelada também, a essência da mentalidade e da ética na sociedade capitalista, que se funda basicamente na busca pelo lucro e pela acumulação de riquezas, e tem como característica mais marcante o individualismo.

Com a finalidade de abordar o fenômeno da financeirização da economia mundial e brasileira e apreender a sua origem, fundamentos e consequências, foi necessário a princípio traçar o progresso histórico do capitalismo para entender a capacidade que o sistema capitalista tem de se modelar, através do tempo, e se adaptar à realidade de cada época para sobreviver como sistema. Feito isso, se

chegou aos dias atuais com a ascensão do movimento neoliberal em resposta a crise do capitalismo industrial.

Ficou constatado que a aplicação da política neoliberal, que, entre outros objetivos, busca uma reestruturação do Estado, através do esvaziamento de suas obrigações sociais e de seu poder de intervenção na macroeconomia, transformando o mesmo em mero garantidor da sustentação da valorização financeira, veio acompanhada de graves consequências sociais que iniciaram um processo de exclusão social, que perdura até hoje. Além disso, também ficou latente que através dos mandamentos da ideologia neoliberal se deu início a um processo de liberação do mercado financeiro e expansão do capital fictício que resultou na financeirização da economia mundial.

A financeirização da economia por sua vez, como pode ser notado no decorrer do segundo capítulo deste trabalho, impõe a lógica financeira aos processos produtivos, remodelando estes com a finalidade de buscar máxima liquidez e a dividir os riscos da produção com os trabalhadores e com os consumidores. A lógica financeira, imposta pela financeirização da economia, também é responsável direta pelo fortalecimento do processo especulativo em vários setores econômicos, ampliando consideravelmente a tendência à produção de crises econômicas.

No decorrer do trabalho, foi possível vislumbrar como a economia brasileira participou desde o início do processo de financeirização da economia mundial e como em todas as suas configurações, de lá para cá, favoreceu ao setor rentista, tanto internacional quanto nacional, fortalecendo seu processo interno de financeirização. E é neste cenário de financeirização da economia brasileira, que o direito fundamental à educação e mais especificamente o direito à educação financeira, se apresenta como poderosa ferramenta de inclusão, tanto financeira quanto social, na medida em que garante ao cidadão brasileiro a possibilidade de exercer de forma plena seus direitos e deveres, sua cidadania.

Foi apresentado, que para garantir o direito fundamental à educação o ordenamento jurídico nacional cercou tal direito de inúmeros mecanismos protetivos,

atribuindo a diversos atores direitos e deveres para sua garantia. Contudo, apesar dos esforços, os resultados, levantados neste trabalho, das avaliações inerentes ao desempenho escolar dos estudantes brasileiros não foram muito satisfatórios, tanto em materiais regulares quanto no nível de alfabetização financeira. Eles revelaram a existência de desigualdade na qualidade do ensino ofertado no Brasil, com um crescente abismo entre os resultados dos alunos com melhor condição socioeconômica em relação aos alunos menos favorecidos.

Com o objetivo de combater esse quadro de baixo rendimento e desigualdade na alfabetização financeira do brasileiro, o governo federal, conforme foi exposto neste trabalho, desenvolve um plano de ação, positivado na Estratégia Nacional de Educação Financeira, que une e coordena vários agentes oriundos de diversos setores em prol da promoção e disseminação da educação financeira em todo o Brasil. Por conta de sua implementação, em 2017, a educação financeira finalmente obteve lugar na Base Nacional Comum Curricular, o que certamente trará avanços nos níveis de alfabetização financeira em todo o país.

Enquanto tais avanços não podem ser notados na realidade da sociedade brasileira, os números obtidos e incorporados a este trabalho mostram que o Brasil ainda possui um baixo nível de educação financeira. Este baixo nível em conhecimento financeiro acaba por refletir em hábitos prejudiciais à saúde financeira, que infelizmente são adotados pela maioria dos brasileiros. São retratos desta triste realidade: o fato de o cartão de crédito e o cheque especial, duas das modalidades de crédito mais caras disponíveis no mercado brasileiro, figurarem entre as modalidades com maior número de tomadores em todas as faixas de renda, o fato de que a maioria dos brasileiros adultos conta primeiramente com a ajuda de seus familiares e amigos para levantarem fundos em uma possível situação de emergência, ao invés de assumirem uma postura poupadora e criar sua própria reserva, e muito outros apresentados no decorrer do trabalho.

Todos esses fatos intensificam a urgência por uma educação financeira de boa qualidade e acessível a todo brasileiro. E esta, por hora, distante realidade de excelência só será alcançada através da efetivação plena do direito fundamental à

educação no Brasil, até porque, não se pode construir algo firme sem uma base sólida.

A educação financeira não deve atender cegamente ao mercado, enxergando o cidadão brasileiro apenas como uma engrenagem de um sistema produtivo ou econômico, e sim promover a subjetividade do ser humano, atendendo a exigência da universalização do direito à vida em condições de dignidade e liberdade, sendo meio para se atingir e promover a diminuição das desigualdades sociais e combater exclusão social crônica, através do esclarecimento concedido por ela a cada cidadão, capacitando cada um a ser ativo no entendimento e mudança das realidades negativas ao seu entorno, na gestão de sua vida, na resolução de seus problemas e no planejamento de seu futuro.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, José Carlos. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Revista de estudos avançados**, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 65.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Cidadania Financeira**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 10 mai 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução 3.919/2010 de 25/11/2010. Altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 nov 2010.

BRASIL. BNCC – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out 1988.

BRASIL. ENEF. Decreto Federal 7.397/2010 de 22/12/2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez 2010.

BRASIL. ENEF e FBEF. Decreto 10.393 de 09/06/2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 10 jun 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul 1990.

BRASIL. Lei da Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 mai 2000.

CAFFE, Miguel; BRUNO, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade** v.26. Campinas. p. 1025 a 1062. 2017.

CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 10 mai 2021.

FORTE, Cláudia M. J. **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Em Busca de um Brasil Melhor. 1ª Ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020.

GEORGE, Susan. A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza. In BELLUZZO, Luiz Gonzaga (mediador). **Cadernos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direito à Educação: Uma Questão de Justiça**. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MAIA, Jonas Lucio; DI SERIO, Luiz Carlos. **Financeirização** - Impactos sobre as empresas, estratégias e inovações. 1ª Ed. Paco Editorial, 2019.

PARANÁ, Edemilson. **A Finança Digitalizada: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Revista de estudos avançados**, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66.

SILVA, Flávia Carvalho de Moraes e. **O processo de financeirização da economia brasileira no período de 1995 e 2014**. Rio de Janeiro: UFF, 2016.